



PLANO ESTADUAL DE POLÍTICAS
PARA AS MULHERES 2013-2015

Jaques Wagner

Governador

Vera Lúcia da Cruz Barbosa

Secretária de Políticas para as Mulheres

Adriana Marmorì

Chefe de Gabinete

Rita Maria Souza

Coordenadora Executiva de Ações Temáticas e Relações Institucionais

Maiara Oliveira

Coordenadora Executiva de Planejamento e Gestão

Elaboração

Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher

Sistematização

Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM/UFBA)

PLANO ESTADUAL DE POLÍTICAS
PARA AS MULHERES 2013 – 2015

CDDM
CONSELHO ESTADUAL
DE DEFESA DOS DIREITOS
DA MULHER



**Governo do
Estado**

Secretaria de Políticas para as Mulheres

Salvador – Bahia
Julho de 2014

2014. Governo da Bahia. Secretaria de Políticas para as Mulheres.

Elaboração, distribuição e informações

Secretaria de Políticas para as Mulheres – Governo da Bahia

Av. Tancredo Neves, nº 776, Bloco A, 3º Andar

CEP: 41.820-904 - Salvador/BA

Tel.: 71 3117-2815 - E-mail: spm@spmba.ba.gov.br – www.mulheres.ba.gov.br

Ligue 180 – Central de Atendimento à Mulher

Fotos

Adenilson Nunes/SECOM; Kleidir Costa/SPM

Projeto Gráfico

Leiaute

Diagramação e Revisão

P55 Edição

Impressão

Uranus 2

Distribuição Gratuita

Tiragem: 50 exemplares

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

ÍNDICE

Apresentação	07
Considerações do CDDM.....	09
Capítulo 01 - Comunicação e Cultura	12
Capítulo 02 - Autonomia das Mulheres.....	20
Capítulo 03 - Gênero e Saúde no Estado da Bahia.....	34
Capítulo 04 - Desafios para o Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e a Aplicação da Lei Maria da Penha.....	48
Capítulo 05 - Erradicação das desigualdades na educação, visando à equidade, respeito à diversidade, autonomia e inclusão.....	62
Capítulo 06 - Compromisso Políticos e propostas para a do Racismo e do Sexismo.....	72
Gestão e Monitoramento do PEPM 2013-2015.....	82

Este documento é fruto do resultado dos debates e discussões realizados durante a 3ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres do Estado da Bahia.

APRESENTAÇÃO

Em maio de 2011, foi criada a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/BA), através da Lei nº. 12.212. Inquestionavelmente, uma vitória das mulheres da Bahia e um importante passo na consolidação da democracia. Sobretudo, porque a criação da SPM/BA é o reconhecimento oficial de que as desigualdades têm sexo. Sexo feminino.

Desde a sua fundação, duas são as áreas prioritárias de atuação: a prevenção e enfrentamento da violência contra as mulheres, e a promoção da autonomia das mulheres, a partir da articulação de iniciativas voltadas ao estímulo da igualdade entre os sexos e a autonomia da mulher, seja nos campos político, do corpo, da economia, entre outros. As ações estaduais se orientam a partir das propostas das organizações e movimentos apresentadas nas conferências de políticas para mulheres, que, sistematizadas e analisadas à luz do Plano Plurianual do Governo da Bahia, estabelecem as nossas diretrizes e prioridades para a implementação de políticas.

Gostaria de ressaltar que o primeiro desafio desta recém-criada Secretaria foi a realização da 3ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres (III CEPM) que, graças à parceria estabelecida com diversas instituições governamentais e a partir do diálogo permanente com a sociedade civil, foi capaz de mobilizar, em todas suas etapas (municipais, territoriais e estadual), mais 15 mil mulheres em toda a Bahia.

O Plano Estadual de Políticas para as Mulheres 2013-2015 (PEPM) é resultado da participação da sociedade civil, movimento de mulheres rurais e urbanas, feministas e organismos estaduais e municipais de políticas para as mulheres, através das Conferências de Mulheres municipais, territoriais e estadual. Consolidou-se como orientador para que a sociedade civil possa estabelecer métodos de verificação que tenham como referência a construção de equidade de gênero pelas instituições públicas. É referência fundamental para a avaliação e intervenção nas agendas governamentais.

Este Plano, que agora apresentamos, vai orientar os nossos passos futuros para que possamos avançar. É um instrumento para todas as mulheres que participaram da III Conferência Estadual. Foi construído por elas e pautará as nossas ações. Este Plano é também para toda a sociedade baiana, em especial para aquelas que acreditam numa sociedade mais inclusiva para todas as mulheres.

Vera Lúcia Barbosa

Secretária Estadual de Políticas para as Mulheres

CONSIDERAÇÕES DO CDDM

O Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher – CDDM, órgão colegiado de participação na gestão das políticas públicas, no âmbito da Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres – SPM, busca contribuir na formulação, monitoramento e avaliação de ações visando à promoção da equidade de gênero e o combate às estruturas que reproduzem relações de poder hierárquicas entre mulheres e homens no estado da Bahia.

O CDDM considera que são necessários redobrados incrementos em ações que permitam o enfrentamento das condições responsáveis pelas persistentes desigualdades e discriminações de gênero, raça/etnia, idades/gerações e sexualidades, entre outros marcadores sociais presentes em nossa sociedade. Considera, ademais, que o combate à pobreza, às desigualdades sociais e à exclusão social – eixos centrais das políticas públicas e pressuposto do desenvolvimento – requer o compromisso de diferentes setores e poderes do estado, na implementação de ações integradas, articuladas e que expressem os interesses dos diferentes segmentos sociais.

As ações indicadas no Plano Estadual de Política para as Mulheres – PEPM, guardam correspondência com esse entendimento, compreendendo os resultados consolidados das demandas da sociedade civil, debatidas por ocasião da 3ª Conferência Estadual de Políticas

para as Mulheres, realizada de 11 a 13 de novembro de 2011, no município de Salvador, Bahia. Tais demandas, por certo, expressam os anseios e necessidades desses segmentos sociais em presença, constituindo-se como uma importante contribuição para a eliminação das diversas formas da violência e discriminação contra as mulheres. As ações requeridas consideram a multiplicidade de diferenciações – classe, raça/etnia, idade/gerações, deficiências físicas, sexualidades e outros sistemas discriminatórios – que, articuladas a gênero, perpassam o social, contribuindo para aprofundar as desigualdades e os sistemas de opressão que subjugam as mulheres.

Dados do IBGE (2011) evidenciam que as mulheres representam a maioria da população brasileira (53,7%), apresentam maior nível de escolaridade (7,5 anos de estudo) em relação aos homens (7,1 anos de estudo), embora continuem ocupando cargos e funções de menor prestígio social e mantendo rendimentos inferiores aos dos homens. Em relação à violência contra a mulher, estudos têm evidenciado que esse fenômeno se manifesta de diversas formas e em diferentes graus. O Mapa da Violência 2012, apresentado pelo INSTITUTO SANGARI, mostra que, anualmente, mais 4.000 mulheres morrem vítimas de homicídios. Nos últimos 30 anos, morreram 91.886 mulheres em todo o país.

Diante desse quadro, o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher –CDDM, na Bahia, considera a relevância desse PEPM para a consolidação das políticas para as mulheres do estado da Bahia, ao tempo em que reitera a necessidade e premência da execução das ações propostas, como forma de contribuir para a equidade de gênero, com ênfase no combater a todas as formas de violência e discriminação persistentes em nossa sociedade.

Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher



CAPÍTULO 1
COMUNICAÇÃO E CULTURA



MT
Movimen
Trabalh
es

amento das
oras
Bahia

O Plano Estadual de Políticas para Mulheres aborda de maneira significativa a expressão da diversidade, pouquíssimo respeitada ou representada na cultura midiática, como uma das pautas centrais dentre as demandas expostas. Diante disso, propõe o fomento da produção de comunicação que reflita as problemáticas vivenciadas no dia a dia das mulheres, relacionadas à questão de gênero, raça e orientação sexual, visando a expressões de equidade e respeito à diversidade como uma ação urgente e central para o combate aos estereótipos e expressões das assimetrias pautadas no gênero, raça/etnia, classe, geração, capacidade física, identidade ou orientação sexual.

A expressão das maneiras de pensar, desejar e agir de uma comunidade ou grupo, a cultura midiática e a comunicação constroem realidades e subjetividades.

Como esfera de manipulação de elementos de representação do pensamento de grupos dominantes, seus textos, linguagens e discursos nos orientam a reproduzi-los de maneira acrítica e reforçando a superioridade de características dos grupos privilegiados socialmente e impositores de um discurso machista, sexista, misógino, racista, lesbo-homo-transfóbico e heteronormativo.

Uma das formas mais usuais de expressão e construção cultural é a linguagem, pois entender o quanto ela é material nos possibilita enxergar como ela pode ser produtora de realidades. Diante disso, assistir a personagens de TV, narrativas literárias ou musicais que reforçam hierarquias e assimetrias pautadas no gênero, raça/etnia, classe, geração, capacidade física, identidade ou orientação sexual nos é tão habitual na comunicação brasileira e baiana que acos-

tumamos a nos ver subalternas(os) e estereotipados(as) por fugir da norma. Mas quem e como é imposta ou sutilmente sugerida essa norma?

Compreendendo o caráter interativo da cultura e da comunicação, elabora-se o entendimento de que todos(as) projetamos a cultura midiática num simples apertar de botões. Ao comprar os produtos que prometem mudar as nossas vidas, nos aproximamos dos modelos por eles propostos, ao desejar e reproduzir cabelos, seios, músculos, posturas, falares e sotaques que na comunicação midiática materializam significados que são reais apenas para poucos, reiteramos que podem sim os grupos majoritários – em representação – definir quem desejaremos ser.

Na comunicação e cultura baianas, dois pontos focais, muitas vezes divergentes, são

preponderantes: os estereótipos de baianidade versus a diversidade cultural local. Assim, precede qualquer debate a maneira como se reduz geograficamente a Bahia à sua área urbana e metropolitana, excluindo as demais localidades do estado e, assim, suas especificidades culturais: apelidando de Bahia, mesmo na cidade de Salvador, as áreas centrais e a orla nos meses de verão.

Na expressão da baianidade estereotipada, é possível visualizar o corpo da mulher como um espaço de centralidade no imaginário nacional e internacional, uma centralidade periférica e funcional, útil para vender acarajé, passagens de avião, shows, hospedagens em hotéis. Imagem que predominantemente se encerram nessa personagem, pois, para além disso, seus corpos negros e mestiços continuaram ocupando funções vistas socialmente como inferiores. E o que a comunicação e a cultura têm a ver com isso?

A comunicação na atualidade tem o poder de produzir verdades universais sob a égide de postulados que se pretendem sê-lo. Um exemplo disso é a ciência mé-

dica que, por meio de alguns programas televisivos, jornais, revistas, sites e afins, injeta novos medos e soluções a cada fim de semana, modificando o comportamento de milhares de pessoas no decorrer daquele período. Respeito conquistado, formações ideológicas e discursivas mais complexas orientarão também novas escolhas e desejos em diversos âmbitos de suas vidas.

Longe de aceitar ou sugerir sujeitos vitimizados pela cultura midiática, é preciso compreender que nós a criamos e a alimentamos voluntariamente. Assim, ao explorar os vínculos entre discurso e poder podemos contribuir “para a noção de que mudanças em práticas discursivas, a exemplo do aprimoramento de técnicas de vigilância, são um indicativo de mudança social”

(RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 20).

Para as autoras citadas, funcionam ideologicamente ideias como aquelas que no senso comum sustentam as desigualdades de poder. Assim, ao realizar uma breve análise do conteúdo de frases que ainda hoje são repetidas por grupos diversos, como: “Em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”, assinala-se a urgência de produzir mudanças que favoreçam quem se encontra em situação de desvantagem.

Por meio de políticas públicas, bem como através de iniciativas populares o combate à violência contra a mulher – física, simbólica, sexual, psicológica etc.– precisa se intensificar, mas principalmente o poder público deve criar mecanismos para coibir as estratégias capitalistas e machistas que popularmente incentivam a mercantilização do corpo das mulheres por meio de suas músicas e propagandas, reforçando estereótipos e preconceito.

Diante disso, faz-se também necessário redesenhar a memória que está se perdendo das mulheres no âmbito da cultura e da comunicação no estado da Bahia, compreendendo que, ao construir ou dar

visibilidade a esses dados e às narrativas por elas elaboradas, se está contribuindo para a formação de novas perspectivas de empoderamento das gerações vindouras e, assim, as políticas de cultura e memória são importantes agentes de transformação.

A cultura midiática e a comunicação há muito tempo deixaram de ocupar o espaço do entretenimento para o exercício do controle da história de vida de milhões de pessoas, por meio de estratégias de estímulo ao consumo material ou imaterial. Ao levá-las a reproduzir hábitos e comportamentos que são parte de um simulacro, provocam nessas pessoas a desvalorização da cultura local ou das suas referências étnico-raciais, por exemplo. Reiteramos que, compreendendo a cultura – no sentido antropológico da palavra – como contexto, onde de maneira interativa construímos signos e símbolos e somos também construídos por tais relações simbólicas, podemos redesenhá-la de modo a, intencionalmente, compor determinadas lacunas que, de forma unilateral, privile-

giam poucos, e, para isso, as mulheres precisam estar presentes.

As possibilidades de subverter as relações de poder assimétricas não se farão apenas com vigilância externa, mas com mudanças nos espaços produtores dessas linguagens, capacitando pessoas com diferentes pertencimentos para atuação na área da comunicação, qualificando as perspectivas dos debates de gênero, raça/etnia no conteúdo expresso pela comunicação local, respeitando e representando a pluralidade de identidades. Ainda hoje erotizadas e mercantilizadas na esfera midiática, nós, mulheres, reivindicamos a posse da construção de nossa imagem, não aceitando o papel subjugado que nos foi imposto e, principalmente, propondo mudanças que urgem para a reconstrução do nosso lugar de fala numa cultura, comunicação e mídia igualitárias, democráticas e não discriminatórias.

OBJETIVO GERAL:

Assegurar a participação das mulheres na construção de uma cultura igualitária que considere as dimensões étnicas, ra-

ciais, de classe social, orientação afetivo-sexual, identidade de gênero, geracionais e das mulheres com deficiência.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Criar mecanismos para qualificação das mulheres nos espaços de decisão por meio de formação política e capacitação na área de produção cultural e de comunicação;

Combater estereótipos e expressões das assimetrias pautadas no gênero, raça/etnia, classe, geração, capacidade física, identidade ou orientação afetivo-sexual;

Fomentar a produção cultural e de comunicação que reflitam problemáticas vivenciadas no dia a dia das mulheres, relacionadas à questão de gênero, raça/etnia e orientação afetivo-sexual, visando a expressões de equidade e respeito à diversidade.

METAS:

- Estimular a criação de três programas na mídia falada, escrita ou televisiva destinados a refletir sobre a realidade das mulheres baianas, considerando a sua diversidade.

- Contribuir e articular para que as mensagens vinculadas por órgãos e meios de comunicação do governo não reproduzam estereótipos e expressões discriminatórias envolvendo questões de gênero nas suas diversidades;
- Apoiar o acesso das mulheres à cultura e ao entretenimento por meio de equipamentos culturais modernizados e requalificados, inclusive com a ampliação de novos espaços.

PLANO OPERATIVO				
Objetivo	Linhas de Ação	Articulação Institucional	Indicador	PPA 2012-2015 PROGRAMA/COMPROMISSO/META
Criar mecanismos para qualificação das mulheres nos espaços de decisão por meio de formação política e capacitação na área de produção cultural e de comunicação.	Criação de cursos de cultura digital com formação tecnológica na área de audiovisual, rádio e internet para lideranças femininas de movimentos sociais e organismos de controle social, assegurando o acesso pleno à banda larga.	SPM - SEINFRA - SE-PROMI - SECULT	Cursos realizados Mulheres atendidas	<p>Programa: ECONOMIA CRIATIVA Compromisso: Fortalecer a cultura digital na Bahia Meta: Realizar um concurso de vídeos interativos.</p> <p>Programa: PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E GARANTIA DE DIREITOS Compromisso: Promover o acesso da população negra às novas tecnologias da informação e comunicação Meta: Ampliar o acesso da população negra às novas tecnologias da informação e comunicação através de articulação com a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação – Secti.</p>
	Criação e manutenção de espaços que estimulem o acesso à diversidade artística, como teatro, cinema, museu, bibliotecas, dentre outros, e que valorizem a história e memória das mulheres nos centros culturais.	SECULT	Espaços criados e mantidos	<p>Programa: DESENVOLVIMENTO CULTURAL Compromisso: Ampliar o acesso à cultura e ao entretenimento da população baiana por meio de equipamentos culturais modernizados e requalificados, inclusive com ampliação de novos espaços. Meta: Implantar 21 novos espaços culturais.</p>
	Ampliação e desburocratização dos processos de editais, prêmios e linhas de créditos para financiamento de projetos específicos para as mulheres.	SPM - SECULT	Mulheres atendidas	<p>Programa: ECONOMIA CRIATIVA Compromisso: Fomentar os segmentos culturais na Bahia, por meio de um sistema de financiamento diversificado, que contemple a pluralidade da cultura e estimule o desenvolvimento sustentável das atividades culturais. Metas: Realizar oito campanhas de promoção e encontros para divulgação dos diferentes mecanismos de financiamento da cultura. Realizar um estudo de aperfeiçoamento de mecanismos de financiamento.</p>

PLANO OPERATIVO			
Objetivo	Linhas de Ação	Articulação Institucional	Indicador
Combater estereótipos e expressões das assimetrias pautadas no gênero, raça/etnia, classe, geração, necessidades especiais, identidade ou orientação afetivo- sexual.	Observância e cumprimento de leis que proibam a veiculação de músicas, filmes, propagandas e similares que inferiorizem a imagem das mulheres, por meio de orientações específicas para a contratação de serviços na área cultural.	SPM SECULT	Orientações construídas e implementadas
	Divulgação das leis que proibam a veiculação de músicas, filmes, propagandas e similares que inferiorizem a imagem das mulheres.	SPM SECULT ASCOM	Divulgações realizadas
	Criar e fomentar programas em emissoras comerciais e comunitárias com temas de interesse das mulheres com incentivo financeiro dos governos federal, estadual e municipal.	SPM SECULT SECOM	Programas criados e/ou fomentados
	Fortalecer a comunicação e a cultura implementando a inclusão da questão de gênero, raça/etnia, orientação afetivo-sexual, geracional e de necessidades especiais nos editais da área cultural.	SPM SECULT SEC	Inclusão realizada nos editais

PLANO OPERATIVO				
Objetivo	Linhas de Ação	Articulação Institucional	Indicador	PPA 2012-2015 PROGRAMA/COMPROMISSO/META
Fomentar a produção de comunicação que reflita as problemáticas vivenciadas no dia a dia das mulheres, relacionadas à questão de gênero, raça e orientação afetivo-sexual visando a expressões de equidade e respeito à diversidade.	Produção de programas educativos nos meios de comunicação que reflitam problemáticas vivenciadas no dia a dia das mulheres, relacionadas à questão de gênero, raça e orientação afetivo sexual.	SPM SEC SECULT SECOM	Orientações construídas e implementadas	Programa: AUTONOMIA DAS MULHERES Compromisso: Fomentar e dar publicidade ao debate público sobre a temática de gênero para a promoção da igualdade entre mulheres e homens Meta: Realizar 12 campanhas publicitárias
	Instituição de premiação a artistas que se destaquem pelo trabalho cultural de promover a valorização das mulheres.	SPM SECULT ASCOM	Divulgações realizadas	
	Realizar campanhas informativas sobre os direitos das mulheres, explicando os procedimentos de acesso à seguridade social e demais direitos.	SPM SECOM	Programas criados e/ou fomentados	
	Incentivar a criação de leis determinando um mínimo de 50% de artistas da terra nos eventos promovidos pelo poder público, valorizando, assim, a cultura local.	SPM ALBA SECULT	Inclusão realizada nos editais	

CAPÍTULO 2

AUTONOMIA DAS MULHERES



A demanda de autonomia para as mulheres está historicamente vinculada à perspectiva da igualdade e, mais recentemente, à ideia de empoderamento. A autonomia significa a capacidade de gerenciar e conduzir a própria vida, de ter a liberdade e a possibilidade de fazer suas escolhas. Para a conquista dessa autonomia, são necessárias determinadas condições econômicas, sociais, políticas e até mesmo simbólicas, que possam garantir às mulheres participar, atuar e vivenciar plenamente sua condição de cidadã.

A demanda de autonomia das mulheres e a igualdade de gênero fazem parte também do conjunto de compromissos adotados pelos 191 países-membros das Nações Unidas na Declaração do Milênio, para melhorar a vida de todos os habitantes do planeta até 2015. Esses países signatários,

dentre eles também o Brasil, reconhecem que a falta de autonomia das mulheres é consequência de políticas tradicionais de exclusão, do controle autoritário do poder político.

Ciente das condições de desigualdades vivenciadas cotidianamente pelas mulheres brasileiras, o governo federal, através da Secretaria de Políticas para as Mulheres, definiu como um dos eixos norteadores da III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres a questão da “Autonomia e Igualdade para as Mulheres”.

Podemos afirmar que a falta de autonomia que ainda hoje vivenciam a grande maioria das mulheres brasileiras é

resultado de um conjunto de exclusões e limitações construídas no contexto de uma cultura patriarcal e machista, da falta de acesso a recursos materiais e de sua ausência das estruturas do poder formal e das esferas de decisão da vida cotidiana.

Na perspectiva de avançar na conceitualização de autonomia das mulheres, Vera Soares (2011) aponta três esferas da autonomia, que ela identifica como física, econômica e de poder (decisões). Para essa autora, a autonomia física se refere ao controle que

a mulher exerce sobre seu corpo, sua capacidade de decidir sobre sua saúde, sobre o exercício da sua sexualidade, sobre sua reprodução e sua integridade física. A autonomia econômica está relacionada à capacidade de se autossustentar, de controlar seus bens materiais e patrimoniais, de deliberar sobre seus recursos; sendo a última das três esferas a capacidade de decisão individual e coletiva, de participação coletiva nas deliberações relacionadas com sua vida e seu entorno social (SOARES, 2011, p. 282). Essas três esferas da autonomia devem acontecer simultaneamente e de forma articulada, delas fazendo parte um conjunto de variáveis que demandam por parte do estado medidas que vão da abertura de novos postos de trabalho a políticas de cotas, da regulação dos mecanismos de comunicação no uso aviltante do corpo feminino às mudanças nos padrões de socialização patriarcais e racistas utilizados na escola.

Sabemos que, no Brasil, e em especial no nosso estado, existe um déficit muito grande em relação às mulheres. Nossos índices de participação nos diversos setores da

vida social ainda se definem pelo alto grau de desigualdade. Implementar políticas públicas voltadas para a construção da autonomia feminina foi uma das demandas mais presentes durante a III Conferência Estadual. A partir de uma análise do conjunto de propostas apresentadas nos diversos GTs, pode-se concluir que a questão da autonomia e a perspectiva da igualdade permearam a maioria das demandas apresentadas. Podemos afirmar inclusive que esse foi o foco principal da III Conferência Baiana.

Como não poderia deixar de ser, as propostas apresentadas no GT Autonomia demonstram certa ênfase na questão econômica, ênfase perfeitamente entendida na medida em que o acesso a um emprego ou a um trabalho que gere uma renda pode representar a garantia de sobrevivência da mulher e sua família. O acesso ao mercado de trabalho ou à garantia de uma fonte de renda aparece tradicionalmente nas manifestações femininas no Brasil.

Por outro lado, a incorporação das mulheres no mercado por si só não garante a autonomia necessária para o livre exercício

da cidadania feminina, pois essa incorporação se dá nos marcos de uma sociedade desigual, demarcada pela tradicional divisão sexual do trabalho e por práticas racistas e classistas, onde o trabalho feminino muitas vezes não se constitui para as mulheres em uma possibilidade real de autonomia, mas sim de subordinação e exploração. As estatísticas comprovam muito bem as diferenças salariais praticadas no mercado de trabalho, as barreiras que dificultam o acesso às funções de melhor remuneração e prestígio, a dupla jornada de trabalho, as dificuldades de conciliação do cuidado com os filhos e os idosos, com as relações de trabalho dominantes etc., situação certamente mais agravada quando se trata de mulheres negras das periferias das grandes cidades.

Conscientes das desigualdades prevalentes no mundo do trabalho, as mulheres presentes na III Conferência reforçaram a necessidade de políticas que garantam o acesso pleno aos programas de capacitação e qualificação de mão de obra livres dos estereótipos de gênero, raça e geração; acesso efetivo à titularidade da terra, às li-

nhas de crédito agrícola e comerciais; ampliação dos programas de transferência de renda; apoio à agricultura familiar e criação de vias de comercialização e escoamento da produção familiar e artesanal; mudanças na legislação do trabalho no sentido de eliminar discriminações ainda persistentes, a exemplo das que mantêm excluídas as empregadas domésticas da totalidade dos direitos trabalhistas, bem como estender o direito de aposentadoria para as mulheres dos povos tradicionais e as prostitutas.

A incorporação plena das mulheres no mercado de trabalho não produz simultaneamente mudanças significativas na divisão sexual do trabalho, no que se refere ao trabalho doméstico e às relações de gênero predominantes na esfera familiar. Nesse espaço, as mulheres continuam responsáveis pelo cuidado dos filhos, dos familiares idosos e enfermos, dos chamados afazeres domésticos e de cuidados (forma de trabalho não remunerado tão indispensável ao barateamento da força de trabalho), resultando em duplicação da jornada de trabalho. Nesse sentido, as políticas públicas voltadas para

a construção de uma autonomia financeira para as mulheres não podem deixar de tratar conjuntamente as questões ligadas à obrigatoriedade das creches, dos programas de atendimento à saúde e bem-estar da pessoa idosa, do direito à licença-maternidade de seis meses, da implantação de equipamentos sociais como restaurantes e lavanderias populares, dentre outras políticas que possam desonerar as mulheres do peso do trabalho doméstico, criando as condições para que possam se inserir de forma mais efetiva nos processos de ação, representação e decisão política.

É no campo da representação política onde a desigualdade das mulheres se manifesta de forma mais explícita. Passados 80 anos das mulheres terem conquistado o direito ao voto e serem hoje 51,8% do eleitorado nacional, elas continuam fora do poder. Segundo dados da União Interparlamentar (UIP), o Brasil ocupa a 107ª posição no ranking mundial que calcula o percentual de mulheres no parlamento. Nas últimas eleições gerais, realizadas em outubro de 2010, apesar da eleição de Dilma

Rousseff para a presidência da República, as mulheres continuaram sendo minoria absoluta nas estruturas de poder, representando apenas 8,8% da Câmara Federal e 14,81% do Senado. Na Bahia, o quadro não é muito diferente. Mesmo tendo sido essa a legislatura mais feminina até então, o número de mulheres na Assembleia Legislativa não ultrapassou os 16,1%. Nas últimas eleições (2012), apenas 15% do total de prefeitos baianos eleitos são mulheres. Já para as Câmaras Municipais, o percentual foi em torno dos 12%.

A lei de cotas, como uma ação afirmativa capaz de alterar esse quadro de exclusão, dada sua fragilidade, tem se mostrado inócua. É preciso aprimorar essa lei garantindo sua obrigatoriedade, o estabelecimento do financiamento público de campanha, a alternância nas listas fechadas, a definição de 30% do fundo partidário para as mulheres, que são demandas esperadas no bojo da reforma política.

A presença feminina nos cargos de confiança do poder executivo não corresponde ao papel que as mulheres desempenham

na burocracia do estado e dos municípios. As mulheres são maioria absoluta no exercício das funções do aparelho burocrático, mas, na medida em que a função implica cargo ou relação de confiança com o chefe do executivo, as mulheres vão desaparecendo. Garantir o empoderamento da mulher através da paridade na distribuição de cargos de confiança do poder executivo em todos os escalões e todas as instâncias de governo é uma das principais demandas do feminismo no campo das políticas públicas.

A fim de conduzir o processo de implantação de políticas para as mulheres e a garantia de que estas políticas serão norteadas por uma perspectiva feminista de promover de fato a autonomia das mulheres, é necessária a criação de novas institucionalidades que possam dar conta dessa imensa tarefa. Secretarias municipais de mulheres, conselhos deliberativos de políticas para as mulheres, centros de referências para mulheres, com funcionalidade e orçamento equitativo a outras secretarias, fazem parte do conjunto de demandas relacionadas à questão da autonomia.

Promover a autonomia e a igualdade feminina não é fazer políticas exclusivas para mulheres e sim promover a perspectiva democrática e criar condições para que a maioria da população (as mulheres) possa participar, interferir e constituir-se enquanto sujeito político, agente da democracia, uma verdadeira cidadã.

OBJETIVO GERAL:

Desenvolver ações práticas e estratégicas, articuladas nos diferentes aspectos para a inserção das mulheres no mercado de trabalho fortalecendo o gerenciamento de sua própria vida, de suas escolhas e sua condição de cidadã.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Promover a autonomia econômica e financeira das mulheres;

Ampliar a participação feminina nas esferas do poder formal;

Garantir a segurança habitacional, alimentar e nutricional das mulheres;

Fortalecer o enfrentamento ao sexismo, ao racismo e à lesbofobia;

METAS:

- Realizar a formação para 2.500 mulheres com foco na inclusão produtiva;
- Apoiar iniciativas que promovam a participação das mulheres em intercâmbios de experiências produtivas de regiões diferentes;
- Estimular e contribuir para o cumprimento da cota mínima de 30% destinada às candidaturas femininas;
- Promover a regularização fundiária (urbana e rural), garantindo a titularidade de terra às mulheres;

PLANO OPERATIVO				
Objetivo	Linhas de Ação	Articulação Institucional	Indicador	PPA 2012-2015 PROGRAMA/COMPROMISSO/META
Promover a autonomia econômica e financeira das mulheres.	Ampliar os programas de inclusão produtiva.	SPM SEAGRI SEDES	Novos programas com cotas ampliadas	Programa: VIDA MELHOR - OPORTUNIDADE PARA QUEM MAIS PRECISA. Compromisso: Fomentar a implantação de projetos produtivos para inserção de jovens do campo, de 16 a 29 anos, povos tradicionais e mulheres, visando à geração de renda. Meta: Apoiar a implantação de 85 projetos produtivos.
	Estimular a criação de cooperativas e associações de mulheres.	SPM SETRE SEDES	Cooperativas e associações criadas	Programa: VIDA MELHOR - OPORTUNIDADE PARA QUEM MAIS PRECISA. Compromisso: Fomentar a implantação de projetos produtivos para inserção de jovens do campo, de 16 a 29 anos, povos tradicionais e mulheres, visando à geração de renda. Entrega/Iniciativa: Implantação de projetos produtivos
	Fortalecer e estimular empreendimentos da economia solidária.	SPM SETRE	Empreendimentos atendidos	Programa: VIDA MELHOR - OPORTUNIDADE PARA QUEM MAIS PRECISA. Compromisso: Contribuir para a geração de trabalho e renda e melhoria da qualidade de vida da população mediante apoio a empreendimentos de economia popular e solidária Meta: Apoiar 180 empreendimentos de economia solidária beneficiando 3,6 mil famílias. Meta: Atender a 2.228 empreendimentos de economia solidária beneficiando 46 mil famílias. Meta: Implantar e prestar assistência continuada a 16 incubadoras públicas de economia solidária.
	Realizar diagnóstico acerca de empreendimentos de economia solidária formados por mulheres.	SPM SETRE	Diagnóstico realizado	Programa: BAHIA SOLIDÁRIA – MAIS TRABALHO E MAIS RENDA Compromisso: Difundir a cultura da economia solidária. Meta: Qualificar 6 mil atores sociais envolvidos em grupos produtivos, em empreendimentos e instituições de apoio e fomento e gestores públicos Entrega/Iniciativa: • Elaboração de relatório com o perfil da economia solidária na Bahia. • Manutenção da base de dados dos Empreendimentos da Economia Solidária – EES.
	Promover cursos voltados para o empreendedorismo, gestão de negócios, observando as especificidades territoriais e de sustentabilidade.	SPM SETRE	Cursos realizados	PROGRAMA: VIDA MELHOR - OPORTUNIDADE PARA QUEM MAIS PRECISA. Compromisso: Fomentar a implantação de projetos produtivos para inserção de jovens do campo, de 16 a 29 anos, povos tradicionais e mulheres, visando à geração de renda. Entrega/Iniciativa: Capacitação de jovens, povos tradicionais e mulheres.

PLANO OPERATIVO				
Objetivo	Linhas de Ação	Articulação Institucional	Indicador	PPA 2012-2015 PROGRAMA/COMPROMISSO/META
Promover a autonomia econômica e financeira das mulheres.	Garantir e ampliar assistência técnica qualificada aos projetos produtivos de economia solidária.	SPM SETRE SEAGRI	Projetos assistidos	Programa: AUTONOMIA DAS MULHERES Compromisso: Promover a inclusão socioprodutiva de mulheres das áreas rurais, urbanas e periurbanas, que se encontram em situação de pobreza. Meta: Atuar em 120 municípios com maior percentual de mulheres chefes de famílias e em situação de extrema pobreza, atendendo a 1.200 grupos, associações ou cooperativas de mulheres das áreas urbanas, periurbanas e rurais. Entrega/iniciativa: Prestação de assistência técnica e extensão rural e urbana.
	Ampliar rede de crédito específica para empreendimentos desenvolvidos por cooperativas e associações de mulheres.	SEFAZ	Créditos concedidos	Programa: VIDA MELHOR - OPORTUNIDADE PARA QUEM MAIS PRECISA. Compromisso: Disponibilizar linhas de financiamento visando à promoção da inclusão produtiva, de forma sustentável e digna, de pessoas em situação de pobreza e com potencial de trabalho no estado. Meta: Ampliar em 61% a oferta de crédito para projetos de interesse social. Ampliar em 100% a oferta de crédito para microempreendedores e empreendedores individuais.
	Fortalecer as redes de distribuição e comercialização de produtos oriundos de empreendimentos de economia solidária.	SPM SETRE SEDES	Redes ampliadas Novas redes Feiras territoriais realizadas Entrepósitos comerciais criados	Programa: VIDA MELHOR – OPORTUNIDADE PARA QUEM MAIS PRECISA. Compromisso: Fomentar a comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar em todos os territórios da Bahia Entrega/Iniciativa: Implantação de centros de comercialização da produção.
	Apoiar a criação de projetos de lei que ampliem a participação da agricultura familiar nas compras públicas.	SPM SEAGRI SEDES ALBA	Projeto de lei aprovado	-

PLANO OPERATIVO				
Objetivo	Linhas de Ação	Articulação Institucional	Indicador	PPA 2012-2015 PROGRAMA/COMPROMISSO/META
Promover a autonomia econômica e financeira das mulheres.	Apoiar a criação de projetos de lei que contemplem a redução das cargas tributárias para empreendimentos de economia solidária.	SPM SETRE ALBA	Projeto de lei aprovado	<p>Programa: EDUCAÇÃO PROFISSIONAL Compromisso: Fortalecer a inclusão educacional por meio da educação profissional para trabalhadores e populações tradicionalmente excluídas do acesso à educação profissional. Meta: Ofertar 10 mil vagas de cursos de educação profissional para trabalhadores e populações tradicionalmente excluídas do acesso à educação profissional.</p> <p>Programa: BOM TRABALHO: AMPLIANDO OPORTUNIDADES Compromisso: Promover a inclusão no mundo do trabalho, dos jovens em situação de vulnerabilidade social, pela qualificação social e profissional, com foco nos investimentos previstos no estado, prioritariamente nas áreas de construção civil, indústria, comércio, serviço, tecnologia da informação, transporte, turismo, alimentos e agricultura familiar. Meta: Realizar a qualificação social e profissional de 69,5 mil jovens</p>
	Promover e/ou apoiar projetos que possibilitem o intercâmbio de experiências produtivas entre mulheres de regiões diferentes.	SPM SEAGRI	Projetos realizados Projetos apoiados	
	Criar e ampliar programas de qualificação, observando as especificidades territoriais.	SPM SETRE SAEB	Programas ampliados Novos programas criados	
	Garantir o acesso das mulheres, por meio de cotas, a todos os programas e sistemas de qualificação profissional subsidiados, financiados ou promovidos pelo governo do estado.	SPM SETRE	Mulheres atendidas	

PLANO OPERATIVO				
Objetivo	Linhas de Ação	Articulação Institucional	Indicador	PPA 2012-2015 PROGRAMA/COMPROMISSO/META
Promover a autonomia econômica e financeira das mulheres.	Promover campanhas que visem à inclusão econômica e social das mulheres.	SPM SECOM	Mulheres atendidas	Programa: Autonomia das Mulheres Compromisso: Fomentar e dar publicidade ao debate público sobre a temática de gênero para a promoção da igualdade entre mulheres e homens. Meta: Realizar 12 campanhas publicitárias.
	Estimular e implementar a Lei Jovem Aprendiz nos órgãos públicos estaduais, garantindo a participação das mulheres.	SPM SETRE SEDES	Mulheres atendidas	Programa: JUVENTUDE Compromisso: Promover o desenvolvimento socioeconômico dos jovens de 18 a 29 anos em situação de vulnerabilidade ou risco social, contribuindo para a sua inserção no mundo do trabalho e o exercício da cidadania. Meta: Atender 60 mil jovens através de bolsa-auxílio e de cursos de capacitação profissionalizantes. Entrega/iniciativa: Ampliação de parcerias para a inserção do jovem no mundo do trabalho
	Garantir, por meio de cotas, a contratação de mulheres nos empreendimentos financiados e/ou subsidiados pelo governo estadual.	SPM	Mulheres atendidas	
	Promover ações que incentivem a garantia do direito à licença-maternidade para todas as trabalhadoras que comprovem vínculo empregatício, tanto no setor público como privado.	SPM SETRE	Ações realizadas	

PLANO OPERATIVO				
Objetivo	Linhas de Ação	Articulação Institucional	Indicador	PPA 2012-2015 PROGRAMA/COMPROMISSO/META
Promover a autonomia econômica e financeira das mulheres.	Garantir nos programas de qualificação profissional a inclusão de conteúdos que promovam discussões acerca das questões de gênero, raça/etnia, sexualidade e geração.	SPM SETRE	Conteúdos incluídos	
	Realizar campanhas sobre os direitos das trabalhadoras domésticas.	SPM SETRE SECOM	Campanhas realizadas	Programa: AUTONOMIA DAS MULHERES Compromisso: Promover a autonomia das mulheres, considerando as desigualdades de gênero, classe e raça, desenvolvendo ações que contribuam para a modificação da atual divisão sexual no trabalho, com ênfase nas políticas de erradicação da pobreza. Meta: Promover oito cursos de capacitação para a inclusão produtiva da mulher. Entregas/Iniciativa: Apoio à implementação de políticas públicas de formalização e valorização do trabalho doméstico.
	Promover campanhas de enfrentamento ao assédio moral e sexual.	SPM SETRE SECOM	Campanhas realizadas	Programa: AUTONOMIA DAS MULHERES Compromisso: Fomentar e dar publicidade ao debate público sobre a temática de gênero para a promoção da igualdade entre mulheres e homens. Meta: Realizar 12 campanhas publicitárias.
	Garantir e ampliar o fácil acesso das mulheres à emissão de documentação pessoal e profissional.	SPM SSP SETRE	Mutirões de documentação realizados	Programa: PROMOÇÃO, PROTEÇÃO, DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA Compromisso: Garantir à população baiana o direito à documentação civil básica. Meta: Reduzir para 8,5% o índice de sub-registro civil na Bahia
	Garantir a implantação e/ou ampliação do número de equipamentos sociais como restaurantes, lavanderias populares e creches.	SPM SEDES	Equipamento implantado e/ou ampliado	
	Estimular e garantir organizações formais de mulheres tendo em vista a concretização dos seus interesses coletivos.	SPM	Organizações atendidas	

PLANO OPERATIVO				
Objetivo	Linhas de Ação	Articulação Institucional	Indicador	PPA 2012-2015 PROGRAMA/COMPROMISSO/META
Ampliar a participação feminina nas esferas do poder formal, observando as dimensões de raça/etnia, sexualidade e geração.	Promover campanhas que estimulem o protagonismo político das mulheres.	SPM SECOM	Campanhas realizadas	<p>Programa: AUTONOMIA DAS MULHERES Compromisso: Promover o fortalecimento da participação igualitária, plural e multirracial das mulheres em espaços de poder e decisão das políticas públicas. Entrega/Iniciativa: Fomentar a incorporação das mulheres na formulação de políticas públicas e programas dos governos federal e municipal.</p>
	Contribuir para o cumprimento da cota mínima de 30% destinada às candidaturas femininas.	SPM	Apoio concedido	
	Promover ações que fortaleçam a presença feminina nos cargos e funções do poder executivo.	SPM CASA CIVIL	Cargos e funções ocupados	<p>Programa: AUTONOMIA DAS MULHERES Compromisso: Promover o fortalecimento da participação igualitária, plural e multirracial das mulheres em espaços de poder e decisão das políticas públicas. Entrega/Iniciativa: Promoção da difusão dos direitos e do estímulo à participação das mulheres nos espaços de poder de decisão e das políticas públicas.</p>

PLANO OPERATIVO				
Objetivo	Linhas de Ação	Articulação Institucional	Indicador	PPA 2012-2015 PROGRAMA/COMPROMISSO/META
Garantir a segurança habitacional, alimentar e nutricional das mulheres.	Fortalecer e ampliar programas sociais de transferência de renda;	SPM SEDES	Mulheres atendidas	Programa: PROTEÇÃO SOCIAL Compromisso: Assegurar que todas as famílias vulneráveis estejam incluídas no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, com condições de inclusão às políticas públicas, por meio do permanente e efetivo apoio do governo do estado aos municípios. Meta: Apoiar 417 municípios na gestão plena do Cadastro Único – CadÚnico e do programa Bolsa Família.
	Promover a inserção feminina nos programas de habitação popular e financiamento habitacional.	SPM CONDER	Mulheres atendidas	
	Promover e fortalecer atividades econômicas vinculadas à segurança alimentar, especialmente entre os grupos mais vulneráveis.	SPM SEAGRI	Mulheres atendidas	Programa: SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL Compromisso: Garantir o direito humano à alimentação adequada para salvaguardar as condições mínimas de sobrevivência e a Segurança Alimentar e Nutricional – SAN. Meta: Beneficiar 23 mil pequenos produtores de alimentos.
	Ampliar programas de acesso à água de qualidade para o consumo e para a produção, tendo as mulheres como beneficiárias.	SPM SEDIR	Programas ampliados	Programa: ÁGUA PARA TODOS - PAT Compromisso: Contribuir para a garantia do acesso a água em quantidade e qualidade, na perspectiva de fortalecer a segurança hídrica e alimentar em áreas de extrema pobreza. Meta: Implantar 260 projetos de infraestrutura hídrica e de saneamento básico em áreas rurais
	Ampliar programas de acesso à terra, tendo as mulheres como beneficiárias.	SPM SEAGRI	Programas ampliados Mulheres atendidas	Programa: REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E REFORMA AGRÁRIA Compromisso: Ampliar e democratizar o acesso à terra com base no Programa Nacional de Reforma Agrária
	Ampliar programas de acesso à energia hídrica e recursos energéticos	SPM AGERBA SPM	Programas ampliados Mulheres atendidas	Programa: ENERGIA PARA O DESENVOLVIMENTO. Compromisso: Promover a oferta de energia elétrica, em quantidade e qualidade adequadas ao suprimento de consumidores e/ou potenciais consumidores, buscando o desenvolvimento socioeconômico do estado.

PLANO OPERATIVO				
Objetivo	Linhas de Ação	Articulação Institucional	Indicador	PPA 2012-2015 PROGRAMA/COMPROMISSO/META
Fortalecer o enfrentamento ao sexismo, ao racismo e à lesbofobia	Estimular que nos editais destinados ao fomento da pesquisa, de produção, tecnologia e de desenvolvimento, a inclusão das temáticas de gênero, geração, raça/etnia e sexualidade.	SPM SECTI	Editais com a inclusão da temática de gênero, raça/etnia, geração e sexualidade	<p>Programa: PROMOÇÃO, PROTEÇÃO, DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA</p> <p>Compromisso: Garantir o respeito à diversidade e aos direitos humanos, prioritariamente das pessoas com deficiência, com danos de substâncias psicoativas, indígenas e lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais – LGBT.</p> <p>Meta: Realizar quatro campanhas sobre respeito à diversidade e direitos humanos e aos direitos dos segmentos historicamente discriminados.</p>
	Promover ação que incentive o respeito e garantia do uso do nome social das transexuais.	SJCDH SPM	Ações implementadas	
	Estimular a paridade nos espaços de poder e decisão da administração estadual.	SPM	Paridade instituída	
	Promover e/ou apoiar atividades destinadas à reflexão sobre cidadania e direitos humanos das mulheres.	SPM SJCDH		

CAPÍTULO 3
GÊNERO E SAÚDE NO ESTADO DA BAHIA



Historicamente, as diferenças em saúde entre homens e mulheres foram naturalizadas, com base em teorias biológicas pretensamente neutras. Tais concepções de gênero estão pautadas na perspectiva de que o homem é o modelo universal do humano e a mulher é vista como “outro”.

Na década de 1970, com o crescimento da “segunda onda” do feminismo, uma crítica sistemática ao essencialismo e ao viés androcêntrico das ciências concentrou-se inicialmente em sinalizar a invisibilidade das mulheres e o obscurecimento de temas diretamente relacionados à sua experiência, tais como o trabalho doméstico e a violência conjugal.

As pesquisas iniciais fundamentadas em investigações sobre a mulher (categoria empírica) foram substituídas por estudos de gênero que fazem uma crítica profunda

ao determinismo biológico da diferença entre os sexos e ressaltam a importância da construção social e cultural do feminino e masculino.

Segundo Arruda (2002) as teorias feministas, responsáveis pela elaboração e pela aplicação do conceito de gênero enquanto categoria de análise, e a teoria das representações sociais têm como ponto em comum “a proposta de conhecimento que passa pela crítica do pensamento binário, do reducionismo, da crença na neutralidade da ciência”.

A institucionalização da perspectiva de gênero nas políticas públicas de saúde constitui um avanço, embora ainda ocorram algumas distorções conceituais. Tradicionalmente, no que tange à saúde da mulher, podemos verificar um reducionismo no entendimento do conceito de saúde da

mulher. “O olhar” acerca do corpo feminino e as explicações sobre as sexualidades seguiram majoritariamente um padrão heteronormativo e binário restringindo o significado da saúde da mulher com a valorização apenas de sua saúde reprodutiva e de práticas contraceptivas.

Dentro de uma concepção ampliada de saúde, a saúde da mulher considera o acesso à terra, ao trabalho, aos diversos serviços de saúde (não só aqueles que “tratam” da saúde reprodutiva e sexual), à educação e ao lazer, entre outros bens e serviços fundamentais e constitutivos dos direitos humanos.

Essa visão ampliada da saúde da mulher é fundamental para a crítica ao modelo hegemônico que tem como características a separação entre as dimensões biológicas e culturais, a fragmentação do indivíduo e

das práticas de intervenção e a sobreposição do saber médico a outros saberes – “conhecimento popular” e “senso comum”.

A categoria gênero possibilita reconhecer a influência da construção social da identidade e das subjetividades femininas nas representações sociais que orientam e explicam as práticas desenvolvidas em torno da atenção à saúde da mulher.

No contexto brasileiro dos anos 80, os estudos mais prevalentes relacionados à saúde da mulher compreendiam as investigações científicas acerca da saúde materno-infantil (gestação, parto e aleitamento). Posteriormente, a mortalidade materna foi incluída na agenda de prioridades do setor da saúde, conquista também relacionada ao movimento feminista. Entretanto, as causas das mortes maternas eram explicadas por uma ótica clínico-epidemiológica.

Outros estudos ligados à reprodução, tais como esterilização feminina e contracepção, foram largamente explorados. Um marco de mudança na lógica assistencial foi a constituição do PAISM – Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher, com ênfase na integralidade para nortear as práticas de saúde, ampliando o leque das questões de saúde, incluindo as demais doenças que acometem a vida das mulheres, dentre elas as neoplasias e a hipertensão arterial.

A partir do significativo crescimento e participação da mulher no mercado de trabalho, novas demandas na esfera da saúde emergiram, configurando a necessidade de implementação de estratégias capazes de enfrentar e responder a novas situações de saúde, caracterizadas pelos transtornos vinculados à saúde mental e pelo adoecimento proveniente das múltiplas condições ocupacionais, resultante da dupla e/ou tripla jornada de trabalho e de forma geral pela precarização e informalidade que marcam a sociedade do trabalho nos idos da década de 90. Ainda destacam-se como impor-

tantes temas relacionados à saúde pública a questão do aborto, a violência nas suas várias expressões, o aumento da AIDS, principalmente da feminização da epidemia e o campo das sexualidades.

Especificamente, a Bahia apresenta um perfil de morbimortalidade semelhante ao do país de forma geral, sendo preciso ainda levar em conta as especificidades subjacentes à população baiana – uma população eminentemente negra e empobrecida. As principais causas de morte são: as neoplasias, doenças do coração e do aparelho circulatório. Além disso, a taxa de mortalidade materna ainda permanece alta. Abordar as categorias de gênero e saúde no estado da Bahia é refletir sobre as particularidades locais e culturais das mulheres provenientes dos diversos territórios de identidade, sejam elas: negras, mulheres quilombolas, trabalhadoras rurais e urbanas, indígenas, ciganas, lésbicas, idosas, mulheres em situação de prisão. As intersecções precisam ser incluídas na formulação e execução das políticas públicas, contemplando a articulação das categorias de gênero, classe, raça,

orientação sexual, a questão geracional, entre outras.

Esse tema, tão longe de ser esgotado, requer recomendações políticas e reforço dos princípios do SUS na perspectiva da universalidade, equidade, integralidade e do controle social, necessários para a melhoria e qualificação da saúde da mulher no âmbito do estado da Bahia. Outros eixos de discussão também se relacionam com essa temática, compreendendo os elementos vinculados à humanização das práticas de saúde, educação em saúde, melhoria das condições de trabalho e capacitação dos profissionais dos serviços e gestores sensibilizados e mobilizados dentro da perspectiva de gênero.

Por último, novamente ressaltamos a relevância da valorização das múltiplas intersecções como movimento essencial e estratégico para fazer avançar a qualidade de atendimento à saúde da mulher, produzindo uma mudança substancial na lógica assistencial, contribuindo para a ruptura de práticas de racismo institucional, violência institucionalizada, sexismo, lesbofobia.

OBJETIVO GERAL:

Promover ações estratégicas de forma articulada com entes estaduais para fazer avançar a qualidade de atendimento à saúde da mulher, produzindo uma mudança significativa na lógica assistencial, contribuindo para a ruptura de práticas de racismo institucional, violência institucionalizada, sexismo e lesbofobia.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Reduzir a mortalidade materna e de mulheres no estado da Bahia;

Garantir a efetividade das políticas públicas de saúde da mulher respeitando as especificidades lésbicas, indígenas, trabalhadoras rurais, comunidade de fundos e fechos de pastos, negras, albinas, com deficiência, quilombolas, ciganas e marisqueiras;

Qualificar o atendimento em saúde garantindo aparato tecnológico e a formação continuada dos profissionais de saúde na promoção do atendimento qualificado e humanizado, respeitando as especificidades, lésbicas, transgêneros, indígenas, negras, albinas, com deficiência, quilombolas, ciganas, marisqueiras, trabalhadoras rurais,

comunidade de fundos e fecho de pastos e profissionais do sexo;

Garantir a efetiva autonomia das mulheres frente ao próprio corpo e saúde;

Garantir o atendimento qualificado e humanizado para as mulheres vítimas de violência, respeitando as especificidades lésbicas, transgêneros, indígenas, negras, albinas, com deficiência, quilombolas, ciganas, marisqueiras e profissionais do sexo.

METAS:

- Reduzir anualmente em 5% a razão da mortalidade materna em todo o estado.
- Fortalecer a Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher no Estado da Bahia;
- Ampliar o número de serviços de abortamento legal de modo a garantir o acesso ao serviço e os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres;
- Promover um curso para 200 profissionais de saúde com o foco no atendimento qualificado e humanizado à luz das especificidades de gênero, raça/etnia, geração e orientação afetivo-sexual.

PLANO OPERATIVO				
Objetivo	Linhas de Ação	Articulação Institucional	Indicador	PPA 2012-2015 PROGRAMA/COMPROMISSO/META
Reduzir a mortalidade materna e de mulheres no estado da Bahia	Ampliar e qualificar a assistência hospitalar, garantindo leitos de UTI adulto, pediátrico, neonatal e maternidades suficientes para atender a população, principalmente do interior do estado.	SESAB	Número de leitos novos	<p>Programa: BAHIA SAUDÁVEL. Compromisso: Implantar a rede de serviços para o cuidado materno-infantil no Sistema Único de Saúde – SUS-Bahia, contribuindo efetivamente para a melhoria das condições de vida e a redução da morbimortalidade. Entrega/Iniciativa: Implantação de leitos de UTI e UCI neonatal. Implantação de leitos de UTI materno. Compromisso: Ampliar o acesso da população às ações e serviços de média e alta complexidade do Sistema Único de Saúde - SUS, com qualidade e resolutividade. Meta: Regular 60% dos leitos por meios dos Complexos Reguladores Macrorregionais. Entrega/iniciativa: Ampliação dos leitos de UTI.</p>
	Garantir a integralidade da atenção à saúde da mulher.	SESAB SPM	Ações realizadas	<p>Programa: AUTONOMIA DAS MULHERES Compromisso: Fortalecer a Política de Atenção Integral à Saúde das Mulheres, visando à melhoria das suas condições de saúde e resguardar as identidades e especificidades vinculadas às questões de raça, de etnia, de geração, de orientação sexual e de mulheres com deficiência. Meta: Prover oito campanhas de divulgação da Política de Atenção Integral à Saúde das Mulheres.</p> <p>Programa: BAHIA SAUDÁVEL Compromisso: Promover o cuidado integral ao ser humano no curso da vida, considerando a implantação de serviços que atendam às necessidades das políticas geracionais em saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS. Meta: Ampliar a oferta de serviços para o cuidado por ciclo de vida e gênero. Entrega/iniciativa: Implementação da Política Estadual de Atenção Integral à Saúde da Mulher.</p>

PLANO OPERATIVO				
Objetivo	Linhas de Ação	Articulação Institucional	Indicador	PPA 2012-2015 PROGRAMA/COMPROMISSO/META
Reduzir a mortalidade materna e de mulheres no estado da Bahia	Restaurar e implantar centros cirúrgicos com média complexidade com profissionais qualificados 24 horas.	SESAB	Novos centros cirúrgicos	<p>Programa: BAHIA SAUDÁVEL. Compromisso: Ampliar o acesso da população às ações e serviços de média e alta complexidade do Sistema Único de Saúde - SUS, com qualidade e resolutividade. Entrega/Iniciativa: Construção de novos hospitais. Reforma e ampliação de unidades da rede própria de saúde.</p>
	Ampliar postos de redistribuição de medicamentos antirretrovirais.	SESAB	Novos postos implantados	<p>Programa: BAHIA SAUDÁVEL. Compromisso: Avançar na Política de Assistência Farmacêutica do Sistema Único de Saúde - SUS, assegurando e qualificando o acesso aos medicamentos. Entrega/Iniciativa: Ampliação da disponibilidade de medicamentos e insumos da assistência farmacêutica.</p> <p>Programa: ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES Compromisso: Promover o respeito aos direitos sexuais e o enfrentamento à exploração sexual e ao tráfico de mulheres por meio do fomento à desconstrução dos estereótipos e mitos e da repressão a tais condutas delituosas. Meta: Implementar o Plano Estadual de Enfrentamento a Feminilização da AIDS/HIV e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST.</p>
	Garantir a oferta de exames básicos à saúde integral da mulher (mamografia, ultrassonografia, Papanicolau, exames de pré-natal, parto e pós-parto).	SESAB SPM	Exames realizados	<p>Programa: BAHIA SAUDÁVEL Compromisso: Promover o cuidado integral ao ser humano no curso da vida, considerando a implantação de serviços que atendam às necessidades das políticas geracionais em saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. Meta: Ampliar a oferta de serviços para o cuidado por ciclo de vida e gênero.</p>

PLANO OPERATIVO				
Objetivo	Linhas de Ação	Articulação Institucional	Indicador	PPA 2012-2015 PROGRAMA/COMPROMISSO/META
Reduzir a mortalidade materna e de mulheres no estado da Bahia	Ampliar o número de profissionais especializados: ginecologistas, oftalmologistas, obstetras, mastologistas, endocrinologistas, assistentes sociais capacitados em saúde da mulher, respeitando as especificidades lésbicas, indígenas, negras, albinas, com deficiência, quilombolas, ciganas e marisqueiras.	SESAB SAEB	Profissionais contratados	Programa: BAHIA SAUDÁVEL Compromisso: Ampliar as ações de promoção e proteção da saúde e de prevenção de doenças e agravos no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS. Entrega/Iniciativa: Ampliação e qualificação da Rede de Laboratórios de Saúde Pública do Estado da Bahia
	Implantar e ampliar laboratórios para atender à demanda de leitura de lâminas citopatológicas de colo de útero, sorologia e biópsia .	SESAB	Laboratórios novos Laboratórios ampliados	

PLANO OPERATIVO				
Objetivo	Linhas de Ação	Articulação Institucional	Indicador	PPA 2012-2015 PROGRAMA/COMPROMISSO/META
Qualificar o atendimento em saúde garantindo aparato tecnológico e a formação continuada dos profissionais de saúde na promoção do atendimento qualificado e humanizado, respeitando as especificidades, lésbicas, transgêneros, indígenas, negras, albinas, com deficiência, quilombolas, ciganas, marisqueiras, trabalhadoras rurais, comunidade de fundos e fecho de pastos e profissionais do sexo.	Fazer cumprir e fortalecer a humanização do SUS.	SESAB	Ações de humanização realizadas	Programa: BAHIA SAUDÁVEL Compromisso: Consolidar a política de gestão do trabalho e da educação na saúde, com vistas à qualificação e humanização das práticas de gestão e do cuidado, em atendimento aos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS. Meta: Implementar dispositivos de humanização em 100% das unidades da rede própria sob gestão direta da Sesab.
	Intensificar as ações educativas acerca das DSTs, em especial do HIV/AIDS nas escolas, grupos mais vulneráveis, população geral, inclusive profissionais de saúde.	SESAB SPM SEC	Ações intensificadas	PROGRAMA: ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES. Compromisso: Promover o respeito aos direitos sexuais e o enfrentamento à exploração sexual e ao tráfico de mulheres, por meio do fomento à desconstrução dos estereótipos e mitos e da repressão a tais condutas delituosas. Entrega/Iniciativa: Implementação do Plano Integral de Enfrentamento à Feminização da AIDS/HIV e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis – DSTs.
	Garantir o cumprimento da lei do(a) acompanhante com a adequação das maternidades.	SESAB SPM	Garantia atendida	
	Estabelecer programas de equipamento de proteção individual e exames de prevenção à exposição ao agrotóxico.	SESAB SEAGRI SPM	Programa implantado	

PLANO OPERATIVO				
Objetivo	Linhas de Ação	Articulação Institucional	Indicador	PPA 2012-2015 PROGRAMA/COMPROMISSO/META
Qualificar o atendimento em saúde garantindo aparato tecnológico e a formação continuada dos profissionais de saúde na promoção do atendimento qualificado e humanizado, respeitando as especificidades, lésbicas, transgêneros, indígenas, negras, albinas, com deficiência, quilombolas, ciganas, marisqueiras, trabalhadoras rurais, comunidade de fundos e fecho de pastos e profissionais do sexo.	Promover e garantir o atendimento integral da saúde às lésbicas e bissexuais, previsto no PAISM (Programa de Atenção Integral de Saúde da Mulher).	SESAB SPM	Atendimentos realizados	Programa: BAHIA SAUDÁVEL Compromisso: Promover o cuidado integral ao ser humano no curso da vida, considerando a implantação de serviços que atendam às necessidades das políticas geracionais em saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS. Meta: Ampliar a oferta de serviços para o cuidado por ciclo de vida e gênero Entrega/Iniciativa: Implementação da Política Estadual de Atenção Integral à Saúde da Mulher
	Fortalecer o SUS como forma de garantia dos serviços de saúde integral a todas as mulheres com deficiência.	SESAB SPM	Mulheres atendidas	Programa: BAHIA SAUDÁVEL. Compromisso: Promover o cuidado integral ao ser humano no curso da vida, considerando a implantação de serviços que atendam às necessidades das políticas geracionais em saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS. Meta: Ampliar a oferta de serviços para o cuidado por ciclo de vida e gênero Entrega/Iniciativa: Implementação da Política Estadual de Atenção Integral à Saúde da Mulher
	Formação continuada das equipes multidisciplinares em saúde em relação ao planejamento familiar, incluindo as famílias lésbicas.	SESAB SPM	Formação atendida	Programa: BAHIA SAUDÁVEL Compromisso: Consolidar a política de gestão do trabalho e da educação na saúde, com vistas à qualificação e humanização das práticas de gestão e do cuidado, em atendimento aos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS. Entrega/Iniciativa: Qualificação dos trabalhadores do SUS com ênfase na formação e especialização técnica.
	Qualificar e humanizar atenção integral à saúde da mulher promovendo ações de prevenção e coleta, garantindo atenção especial ao climatério e exames laboratoriais de anemia falciforme para as comunidades tradicionais e rurais.	SESAB SPM SEPROMI	Qualificação atendida	Programa: BAHIA SAUDÁVEL Compromisso: Promover o cuidado integral ao ser humano no curso da vida, considerando a implantação de serviços que atendam às necessidades das políticas geracionais em saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS. Meta: Ampliar a oferta de serviços para o cuidado por ciclo de vida e gênero Entrega/Iniciativa: Implementação da Política Estadual de Atenção Integral à Saúde da Mulher Compromisso: Promover a equidade e a humanização no cuidado à saúde no Sistema Único de Saúde - SUS das populações historicamente excluídas, discriminadas e/ou estigmatizadas. Entrega/Iniciativa: Qualificação das equipes da rede de serviços de saúde para cuidado das populações com doença falciforme, albinos, indígenas, quilombolas, do campo, ciganas, assentado-acampados, privadas de liberdade, LGBT, em situação de rua e pessoa com deficiência. Implantação de serviços de referência em atenção integral às pessoas com doença falciforme no estado.

PLANO OPERATIVO				
Objetivo	Linhas de Ação	Articulação Institucional	Indicador	PPA 2012-2015 PROGRAMA/COMPROMISSO/META
Qualificar o atendimento em saúde garantindo aparato tecnológico e a formação continuada dos profissionais de saúde na promoção do atendimento qualificado e humanizado, respeitando as especificidades, lésbicas, transgêneros, indígenas, negras, albinas, com deficiência, quilombolas, ciganas, marisqueiras, trabalhadoras rurais, comunidade de fundos e fecho de pastos e profissionais do sexo.	Implantar casa de apoio e acolhimento público com equipe multidisciplinar para o atendimento de mulheres usuárias de substâncias psicoativas, garantindo a política de redução de danos nos territórios.	SESAB SPM SJCDH	Casa de apoio implantada	Programa: BAHIA SAUDÁVEL Compromisso: Promover a atenção integral às pessoas com transtorno mental e/ou usuários de crack, álcool e de outras drogas no âmbito do SUS-Bahia. Entrega/Iniciativa: Implantação de serviços hospitalares de referência para atenção integral de usuários de álcool e outras drogas. Implantação de casas de acolhimento transitório regionais.
	Realizar cursos para qualificar o atendimento em saúde ao segmento LBT respeitando a identidade de gênero.	SESAB SPM SJCDH	Cursos realizados	Programa: BAHIA SAUDÁVEL Compromisso: Promover a equidade e a humanização no cuidado à saúde no Sistema Único de Saúde - SUS das populações historicamente excluídas, discriminadas e/ou estigmatizadas. Entrega/Iniciativa: Qualificação das equipes da rede de serviços de saúde para abordagem às dimensões do direito sexual, reprodutivo, gênero, raça, religião, etnia e orientação sexual.
	Realizar cursos para qualificar atendimento de saúde para profissionais do sexo.	SPM SESAB SJCDH	Cursos realizados	Programa: BAHIA SAUDÁVEL Compromisso: Promover a equidade e a humanização no cuidado à saúde no Sistema Único de Saúde - SUS das populações historicamente excluídas, discriminadas e/ou estigmatizadas. Entrega/Iniciativa: Qualificação das equipes da rede de serviços de saúde para abordagem às dimensões do direito sexual, reprodutivo, gênero, raça, religião, etnia e orientação sexual.
	Realizar cursos para qualificar atendimento às mulheres com deficiência: física, visual, auditiva e com transtornos mentais, garantindo intérpretes de libras e acompanhantes para deficientes visuais e acessibilidade para deficientes físicos.	SPM SESAB SJCDH	Realizar cursos para qualificar	Programa: BAHIA SAUDÁVEL Compromisso: Promover a equidade e a humanização no cuidado à saúde no Sistema Único de Saúde - SUS das populações historicamente excluídas, discriminadas e/ou estigmatizadas. Entrega/ Iniciativa: Implementação da Rede Estadual de Atenção às Pessoas com Deficiência (física, auditiva e visual).
	Desenvolver ações que incentivem as secretarias municipais de saúde a acrescentarem em seus organogramas a coordenação de saúde da mulher de acordo com o nível de atenção.	SESAB SPM	Coordenações implantadas	

PLANO OPERATIVO				
Objetivo	Linhas de Ação	Articulação Institucional	Indicador	PPA 2012-2015 PROGRAMA/COMPROMISSO/META
Qualificar o atendimento em saúde garantindo aparato tecnológico e a formação continuada dos profissionais de saúde na promoção do atendimento qualificado e humanizado, respeitando as especificidades, lésbicas, transgêneros, indígenas, negras, albinas, com deficiência, quilombolas, ciganas, marisqueiras, trabalhadoras rurais, comunidade de fundos e fecho de pastos e profissionais do sexo.	Promover ações que garantam atendimento humanizado às mulheres em situação de abortamento nas unidades de saúde e demais espaços públicos.	SPM SESAB	Atendimento realizado	Programa: BAHIA SAUDÁVEL Compromisso: Implantar a rede de serviços para o cuidado materno-infantil no Sistema Único de Saúde - SUS-Bahia, contribuindo efetivamente para a melhoria das condições de vida e a redução da morbimortalidade. Meta: Reduzir anualmente em 5% a razão da mortalidade materna em todo o estado. Entrega: Implantação de atenção integral e humanizada à mulher em situação de abortamento
	Garantir a implementação de unidade móvel para prevenção de câncer de colo de útero e mama nas zonas rurais.	SPM SESAB	Unidade implementada	
	Implantar centros de referências das usuárias químicas em todos os territórios.	SPM SESAB	Implantação atendida	Programa: BAHIA SAUDÁVEL Compromisso: Promover a atenção integral às pessoas com transtorno mental e/ou usuário de crack, álcool e de outras drogas no âmbito do SUS-Bahia. Entrega/Iniciativa: Implantação de Centros de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas - CAPS AD.
	Ampliar a oferta de planejamento familiar, garantindo total acessibilidade aos métodos contraceptivos nas unidades de saúde e gratuidade nas farmácias conveniadas ao SUS.	SPM SESAB	Ampliação atendida	PROGRAMA: AUTONOMIA DAS MULHERES Compromisso: Fortalecer a Política de Atenção Integral à Saúde das Mulheres, visando à melhoria das suas condições de saúde e resguardar as identidades e especificidades vinculadas às questões de raça, de etnia, de geração, de orientação sexual e de mulheres com deficiência. Entrega: Acompanhamento das políticas de saúde, adequando-as às demandas específicas das mulheres.

PLANO OPERATIVO				
Objetivo	Linhas de Ação	Articulação Institucional	Indicador	PPA 2012-2015 PROGRAMA/COMPROMISSO/META
Garantir o atendimento qualificado e humanizado para as mulheres vítimas de violência, respeitando as especificidades lésbicas, transgênero, indígenas, negras, albinas, com deficiência, quilombolas, ciganas, marisqueiras, profissionais do sexo.	Capacitar os profissionais (ACS, ACE e demais profissionais em saúde) para identificarem sinais de violência doméstica e outras violências e encaminharem para o setor devido.	SPM SSP SESAB	Capacitação atendida	Programa: BAHIA SAUDÁVEL Compromisso: Promover a equidade e a humanização no cuidado à saúde no Sistema Único de Saúde - SUS das populações historicamente excluídas, discriminadas e/ou estigmatizadas. Entrega: Qualificação das equipes da rede de serviços de saúde para cuidado das populações com doença falciforme, albinos, indígenas, quilombolas, do campo, ciganas, assentados/acampados, privadas de liberdade, LGBT, em situação de rua e pessoas com deficiência.
	Implantar a ficha de Notificação Compulsória da Violência contra a mulher, incluindo o item lésbica e bissexual (orientação afetivo-sexual) na rede pública e privada da saúde e nos serviços de referência relacionados à violência dos direitos da mulher no território.	SESAB SPM	Implantação atendida	Programa: ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES Compromisso: Promover o pleno atendimento às mulheres em situação de violência. Meta: Criar e implementar o Sistema Estadual de Informações sobre Violência.
	Efetivar a Política Nacional de Saúde da População Negra, dando ênfase aos agravos mais prevalentes: morte materna, violência, doença falciforme, glaucoma, herpes ocular, doenças cardiovasculares, diabetes, portadores de lúpus, plano de enfrentamento à feminização da AIDS.	SPM SESAB SEPROMI	Programas e ações implantados	Programa: BAHIA SAUDÁVEL Compromisso: Fomentar ações e articular estratégias intersetoriais para apoiar a implementação da Política de Saúde Integral da População Negra no Estado da Bahia. Meta: Apoiar a elaboração e implementação da Política de Saúde Integral da População Negra no Estado da Bahia. Entrega/ Iniciativa: Fortalecimento do Comitê Técnico Estadual de Saúde da População Negra. Sensibilização e qualificação de gestores públicos sobre a Política Estadual de Saúde Integral da População Negra. Apoio à elaboração da Política Estadual de Saúde Integral da População Negra.
	No âmbito das unidades de saúde estaduais e/ou que recebam recursos financeiros do estado implementar programas de combate ao racismo institucional.	SPM SESAB SEPROMI	Programas implementados	Programa: PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E GARANTIA DE DIREITOS Compromisso: Combater o racismo e a intolerância religiosa, articulando, intersetorialmente, os órgãos públicos e entidades da sociedade civil. Meta: Realizar 200 oficinas de combate, identificação e prevenção do racismo em todos os órgãos da administração pública.



CAPÍTULO 4

DESAFIOS PARA O ENFRENTAMENTO À
VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES E A
APLICAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA NA BAHIA



Secretaria de Políticas para as Mulheres

BRASIL

PAC NACIONAL PELO BEM DA MULHER

A VIOLÊNCIA

MULHER

vitorinas

vitorinas

vitorinas
Mulheres de raízes fortes
e doces sonhos
Programa Nacional de Promoção da Mulher

vitorinas

vitorinas

NÃO
mulher

NÃO
mulher

NÃO
mulher

NÃO
mulher

vitorinas
Mulheres de raízes fortes
e doces sonhos
Programa Nacional de Promoção da Mulher

vitorinas
Mulheres de raízes fortes
e doces sonhos
Programa Nacional de Promoção da Mulher

vitorinas
Mulheres de raízes fortes
e doces sonhos
Programa Nacional de Promoção da Mulher

vitorinas
Mulheres de raízes fortes
e doces sonhos
Programa Nacional de Promoção da Mulher

Yenias

Março Mulherine

Nos últimos anos, através da Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República – SPM, o governo federal tem investido na formulação e execução de políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres. Visando contribuir para o processo de implementação e efetiva aplicação da Lei 11.340/2006, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, a SPM assumiu a coordenação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres (2007). Em parceria com outras secretarias e ministérios e também com os governos dos estados e municípios, tem buscado suscitar uma nova configuração nas formas de combate à violência contra as mulheres.

Todavia, as políticas de enfrentamento à violência ainda não lograram êxito, no que se refere a inverter os índices que atestam o crescimento da violência contra as mulhe-

res, embora tenha aumentado o número de ligações à Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, para denúncias e relatos de agressões. Conforme dados divulgados pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, desde que a Lei Maria da Penha entrou em vigor, o Disque 180 registrou 2,7 milhões de atendimentos no período de 2006 a 2012. Desse total, 329,5 mil (14%) eram relatos de violência contra a mulher que se enquadravam na lei, mas a maioria (60%) das ligações ainda se restringia a solicitação de informações.

No balanço realizado pela Secretaria no primeiro semestre de 2012, a Bahia ocupou, entre as unidades federativas, o terceiro lugar em denúncias

de violência contra as mulheres, o que em números corresponde a 512 mulheres em cada 100 mil no estado. No mesmo período do ano passado, juntamente com Sergipe e Pará, a Bahia recebeu o maior número de ligações, perfazendo um total de 448 registros.

A versão atualizada do Mapa da Violência no Brasil, ao reunir dados de cidades com mais de 26 mil mulheres e homicídios computados pelo Sistema de Informações de Mortalidade – SIM, da Secretaria de Vigilância em Saúde – SVS, do Ministério da Saúde –MS, revela um quadro preocupante acerca da vio-

lência contra as mulheres na Bahia. O estado ocupa a 6ª posição nas estatísticas de homicídios femininos entre 2008 e 2010, enquanto Porto Seguro é a cidade com mais assassinatos de mulheres no estado, ocupando a 3ª colocação no âmbito nacional, seguida por duas cidades situadas na Região Metropolitana de Salvador, Simões Filho e Lauro de Freitas, que ocupam, respectivamente, a 4ª e a 6ª posições. Já Salvador, apesar de ficar na 94ª posição entre os municípios, quando comparada com as demais capitais brasileiras, sobe para a 5ª colocação.

O governo do estado da Bahia aderiu ao Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher (2007), em 30 de junho de 2008, com a assinatura do Pacto Estadual pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Desde então, tem procurado estreitar a articulação operacional da Defensoria Pública, Ministério Público e Tribunal de Justiça com as áreas de assistência social, segurança pública e saúde, entre outras. Para tanto, criou a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/BA), através da Lei nº 12.212, em maio de 2011, que implantou Centros

de Referência de Atendimento às Mulheres --CRAM, Núcleos de Atendimento à Mulher, Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, Núcleos de Defensoria Pública, Varas Especializadas em Violência Doméstica e Familiar, programas sociais como o Bolsa Família e serviços de proteção básica e especial nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, bem como se engajou em campanhas de combate à violência e ao tráfico de pessoas, com o propósito de promover políticas públicas voltadas para a prevenção, o combate e a repressão à violência contra as mulheres.

Desse modo, um diagnóstico parcial sobre o tráfico de pessoas, elaborado pela Secretaria Nacional de Justiça, do Ministério da Justiça, em parceria com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), conduzido entre os meses de maio a agosto de 2012, revela que um número significativo de mulheres e crianças são exploradas para o tráfico sexual no Brasil, em países vizinhos como Suriname, Guiana Francesa, Guiana e Venezuela, mas também em países europeus, como Espanha, Itália, Portugal, Reino Unido,

Holanda, Suíça, França e Alemanha, além dos Estados Unidos e, países mais distantes como o Japão. No Brasil, somente nos primeiros dois meses e meio deste ano, as estatísticas superaram os números de 2011 e 2012.

Não é à toa que o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres eleja como um dos meios para alcançar a redução dos índices da violência contra as mulheres a “implementação do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no que diz respeito às ações referentes ao tráfico de mulheres, jovens e meninas” (2008, p. 17) e defina como uma de suas prioridades “garantir o enfrentamento da violência contra as mulheres, jovens e meninas vítimas do tráfico e da exploração sexual e que exercem a atividade da prostituição” (p. 18).

De fato, no II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, lançado em fevereiro de 2013 pelo Ministério da Justiça e pelas secretarias de Direitos Humanos e de Políticas para as Mulheres da presidência da República, uma das metas previstas é a implantação de 16 núcleos estaduais de enfrentamento ao tráfico de pessoas, estruturados

com o apoio do Ministério da Justiça, que têm como competência articular política e tecnicamente a implementação da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, nos estados e municípios. Os postos são instalados em locais de grande circulação, portos, aeroportos e rodoviárias, e são responsáveis pelo atendimento às vítimas.

A Bahia, que ocupa o terceiro lugar no tráfico de pessoas entre os estados brasileiros com registros de vítimas desse crime, tem adotado medidas de enfrentamento, em consonância com as recomendações do II PNPM e do II PNETP, tais como a criação do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Estado da Bahia, localizado no Pelourinho, com a previsão de instalação de outra unidade, nos próximos meses, no Aeroporto Internacional de Salvador, com a finalidade de prestar esclarecimentos à população, orientação e acompanhamento psicológico às vítimas, além de promover sua reinserção no mercado de trabalho. Cabe também destacar a instalação do Disque Denúncia Bahia,

que tem contribuído para o aumento de denúncias anônimas e o lançamento de uma campanha de combate ao tráfico, no início do ano, que conquistou a adesão de personalidades e artistas baianos.

Outras medidas importantes consistem na implementação de ações voltadas para capacitação dos profissionais que integram os CRAMs, tendo como objetivo assegurar um atendimento qualificado e ampliar a atenção às usuárias, como, por exemplo, as capacitações de caráter técnico/formativo realizadas pelo governo do estado da Bahia com os(as) profissionais dos CRAMs que envolveram os Centros de Referência dos municípios de Salvador, Candeias, Camaçari, Lauro de Freitas, Paulo Afonso, Juazeiro e Senhor do Bonfim, Serrinha, Coité, Irecê, Capela do Alto Alegre e Feira de Santana, Saubara, Maragogijipe, Cruz das Almas e São Sebastião do Passé, Itapetinga, Vitória da Conquista, Abaíra e Jequié.

Todavia, apesar do conjunto de ações implementadas no âmbito estadual, ainda

são muitos os desafios a serem superados para enfrentar a situação de violência vivida pelas mulheres na Bahia. O Dossiê apresentado à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – CPMI do Congresso Nacional sobre a violência contra a mulher na Bahia revela que “na capital, milhares de processos e de inquéritos de vítimas da violência doméstica e familiar estão parados. No interior, faltam unidades especializadas para as mulheres buscarem socorro”¹.

Os dados apresentados pelo Dossiê convergem com estudos desenvolvidos pelo Observatório Lei Maria da Penha – OBSERVE nas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher – DEAM e na Vara Doméstica e Familiar de Violência contra a Mulher de Salvador (SARDENBERG; GOMES; TAVARES, 2010; 2012), que revelam alguns desafios a serem enfrentados para a efetivação da Lei Maria da Penha. Os desafios são: dotar os serviços de um atendimento qualificado, o que implica em realizar concurso público para manter um quadro permanente de funcionários,

¹Fonte: <http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/materias/1473341>. O referido dossiê foi elaborado pela Rede de Atenção às Mulheres em Situação de Violência de Salvador e Região Metropolitana e entidades parceiras, dentre as quais o Observe, e apresentado no dia 12 de julho de 2012, durante o Encontro da CPMI com o Movimento Feminista e de Mulheres e da Rede de Atenção às Mulheres em Situação de Violência de SSA e RM, realizado em Salvador.

e promover capacitação sobre a questão de gênero e a violência doméstica intensificando a articulação entre os serviços, de maneira a fortalecer a rede de proteção.

Faz-se necessário, também, aumentar o número de delegacias na capital e no interior; investir em recursos físicos e materiais, de modo a não só dotar as DEAMs de infraestrutura adequada às demandas das mulheres em situação de violência como imprimir mais agilidade no atendimento, tanto para a realização da denúncia como para o agendamento e a execução das audiências. Tais fragilidades inviabilizam o cumprimento de medidas protetivas, a prisão em flagrante e a prestação do socorro imediato às vítimas em risco de morte.

Finalmente, constata-se que, embora as mudanças produzidas pela Lei Maria da Penha no campo jurídico e político sejam indiscutíveis, ainda há um longo caminho a percorrer no que se refere a produzir uma mudança cultural capaz de prevenir, reprimir e erradicar a violência contra as mulheres, pois os valores patriarcais permanecem enraizados nas mentalidades sociais, inclusive entre os aplicadores da lei, fazendo com que ainda situem

a questão da violência no âmbito privado e, portanto, naturalizem a desigualdade de poder presente no seio familiar. Em resumo, para o enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres, continuam a ser prioridade a consolidação da Política Nacional e Estadual de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e a implementação da Lei Maria da Penha. Para tanto, basta seguirmos os preceitos e as diretrizes traçadas pelo próprio pacto e pelo Plano de Políticas para as Mulheres, no âmbito nacional e estadual.

OBJETIVO GERAL:

Analisar o contexto social e econômico que envolve as mulheres em situação de violência e demonstrar a importância da utilização dos mecanismos de prevenção e enfrentamento desse fenômeno, à luz da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Efetivar educação para os direitos humanos das mulheres e enfrentamento à violência de gênero e doméstica.

Fortalecer e ampliar a Rede de Atenção e Proteção à Mulher na Bahia.

Criar mecanismos que possibilitem as mulheres em situação de violência se empoderarem e terem autonomia.

Garantir os direitos humanos das mulheres em situação de privação de liberdade.

METAS:

- Divulgar duas cartilhas e/ou documentos com orientações do fluxo para o atendimento às mulheres em situação de violência;
- Formar os agentes de segurança pública para o enfrentamento da violência contra a mulher, de gênero e doméstica numa perspectiva que considere os direitos humanos das mulheres e os recortes de raça/etnia, geração, orientação afetivo-sexual e das mulheres com deficiência;
- Implementar o Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Aids e Demais Doenças Sexualmente Transmissíveis em presídios femininos e mistos;
- Construir nove Centros de Referência e uma Casa Abrigo para o devido atendimento às mulheres em situação de violência.

PLANO OPERATIVO				
Objetivo	Linhas de Ação	Articulação Institucional	Indicador	PPA 2012-2015 PROGRAMA/COMPROMISSO/META
Efetivar educação para os direitos humanos das mulheres e enfrentamento à violência de gênero e doméstica.	Promover campanhas (rádio, TV, jornal, cartazes, folhetos, outdoor etc.) amplas de enfrentamento à violência contra a mulher (Prevenção, Sensibilização e Conscientização).	SPM SECOM SEC SJCDH	Campanhas promovidas	PROGRAMA: AUTONOMIA DAS MULHERES Compromisso: Promover a divulgação e o fortalecimento dos instrumentos de proteção aos direitos das mulheres em situação de violência. Meta: Realizar 04 campanhas de sensibilização. Entrega/ Iniciativa: Realização de campanha de sensibilização da sociedade.
	Divulgar a Lei Maria da Penha em reuniões, escolas, encontros de mulheres, meios de comunicação esclarecendo os direitos das mulheres.	SPM SEPROMI SEC SECULT SJCDH	Divulgação realizada	PROGRAMA: AUTONOMIA DAS MULHERES Compromisso: Promover a divulgação e o fortalecimento dos instrumentos de proteção aos direitos das mulheres em situação de violência. Entrega/Iniciativa: Realização de campanhas educativas e de divulgação.
	Desenvolver campanhas de combate à lesbofobia e homofobia.	SPM SEPROMI SECOM SEC SJCDH	Campanhas realizadas	PROGRAMA: PROMOÇÃO, PROTEÇÃO, DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA Compromisso: Garantir o respeito à diversidade e aos direitos humanos, prioritariamente das pessoas com deficiência, com danos de substâncias psicoativas, indígenas e lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais – LGBT. Meta: Realizar quatro campanhas sobre respeito à diversidade e direitos humanos e aos direitos dos segmentos historicamente discriminados.

PLANO OPERATIVO				
Objetivo	Linhas de Ação	Articulação Institucional	Indicador	PPA 2012-2015 PROGRAMA/COMPROMISSO/META
Efetivar educação para os direitos humanos das mulheres e enfrentamento à violência de gênero e doméstica.	Implantar e manter centros de reeducação humanizada ao agressor nos territórios de identidade.	SPM SEAP SJCDH DEFENSORIA PÚBLICA	Programas implantados e mantidos nos territórios	<p>PROGRAMA: ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES Compromisso: Promover o pleno atendimento às mulheres em situação de violência. Entrega/Iniciativa: Capacitação de gestores públicos e profissionais da rede de atendimento às mulheres em situação de violência.</p>
	Realizar cursos de enfrentamento à violência contra a mulher, de gênero e doméstica para a formação de agentes multiplicadores(as) na sociedade civil.	SPM	Cursos realizados	
	Realizar formação continuada e humanizada para todos os profissionais da segurança pública que operam com todas as mulheres em situação de violência, contemplando o recorte etnicorracial, geracional, orientação afetivo-sexual e mulheres com deficiência.	SPM SEPROMI SSP SJCDH	Formação realizada	
	Inserir nas matrizes curriculares dos cursos de formação dos agentes públicos de segurança conteúdos/disciplinas/módulos sobre os direitos humanos das mulheres, enfrentamento da violência contra a mulher, de gênero e doméstica, considerando os recortes raciais/étnicos, orientação afetivo-sexual, geracional e mulheres com deficiência, ministrados por especialistas.	SPM SEPROMI SEC SSP SJCDH	Conteúdos/módulos/disciplinas inseridos e ministrados.	

PLANO OPERATIVO				
Objetivo	Linhas de Ação	Articulação Institucional	Indicador	PPA 2012-2015 PROGRAMA/COMPROMISSO/META
Fortalecer e ampliar a Rede de Atenção e Proteção à Mulher na Bahia.	Assegurar que os recursos destinados ao enfrentamento à violência contra as mulheres, de gênero e doméstica sejam priorizados pelo governo do estado.	CASA CIVIL SPM SEPLAN	Programas implantados e mantidos nos territórios	
	Ampliar a articulação da SPM estadual com a área da saúde na garantia da atenção às mulheres em situação de violência (reconhecimento, acolhimento, atendimento, encaminhamento e notificação).	SPM SESAB	Cursos realizados	PROGRAMA: ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES Compromisso: Promover o pleno atendimento às mulheres em situação de violência. Entrega/Iniciativa: Articulação para garantir atendimento prioritário às mulheres em situação de violência.
	Ampliar a divulgação do disque-denúncia 180.	SPM	Formação realizada	PROGRAMA: ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES Compromisso: Promover a divulgação e o fortalecimento dos instrumentos de proteção aos direitos das mulheres em situação de violência. Meta: Realizar 04 campanhas de sensibilização.
	Realizar pesquisa para construção de banco de dados que tenha perfil socio-demográfico das mulheres em situação de violência, considerando os recortes de orientação afetivo-sexual, idade, raça/etnia, dentre outros.	SPM	Conteúdos/módulos/disciplinas inseridos e ministrados.	PROGRAMA: ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES Compromisso: Promover o pleno atendimento às mulheres em situação de violência. Meta: Criar e implementar o Sistema Estadual de Informações sobre Violência.
	Estimular a criação de varas especializadas em violência doméstica e familiar para as mulheres em todas as comarcas.	CIVIL SPM		
	Implantar uma coordenação estadual específica para as DEAMs.	CASA CIVIL SPM SSP SJCDH		

PLANO OPERATIVO				
Objetivo	Linhas de Ação	Articulação Institucional	Indicador	PPA 2012-2015 PROGRAMA/COMPROMISSO/META
Fortalecer e ampliar a Rede de Atenção e Proteção à Mulher na Bahia	Criar dentro das delegacias comuns equipe multidisciplinar que atenda a mulher vitimizada.	SPM SSP	Equipes criadas	
	Apoiar a criação e funcionamento de Centros Municipais de Referência de Atendimento à Mulher.	SPM	Apoio realizado	PROGRAMA: ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES Compromisso: Promover o pleno atendimento às mulheres em situação de violência Entrega/Iniciativa: Articulação para implantação de Centros de Referência Territorial para Atendimento às Mulheres em situação de violência.
	Criar e manter um Centro de Referência de Atendimento à Mulher volante em todos os territórios.	SPM	Centro criado e em funcionamento	PROGRAMA: ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES Compromisso: Promover o pleno atendimento às mulheres em situação de violência Entrega/Iniciativa: Articulação para implantação de Centros de Referência Territorial para Atendimento às Mulheres em situação de violência.
	Fortalecer as casas de abrigo existentes no estado, garantindo o acesso para as mulheres.	SPM SEDES	Mulheres atendidas	PROGRAMA: ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES Compromisso: Promover a proteção integral à mulher com vínculos fragilizados ou rompidos, para contribuir com a garantia de direitos, ameaçados e violados. Meta: Garantir o pleno funcionamento de 09 casas de acolhimento de mulheres vítimas de violência.
	Apoiar a interiorização do observatório da Lei Maria da Penha em todos os territórios.	SPM SJCDH SSP	Apoio concedido	
	Divulgar o pacto nacional de enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres, em todos os municípios.	SPM SECOM SERIN	Divulgação realizada	Programa: ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES Compromisso: Promover a divulgação e o fortalecimento dos instrumentos de proteção aos direitos das mulheres em situação de violência. Meta: Realizar 04 campanhas de sensibilização.
	Estimular a adesão municipal ao pacto nacional no estado da Bahia de enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres.	CASA CIVIL SPM SERIN	Municípios aderentes ao pacto	PROGRAMA: ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES Compromisso: Promover o pleno atendimento às mulheres em situação de violência. Entrega/Iniciativa: Articulação para a consolidação e implementação da rede de atendimento à mulher.

PLANO OPERATIVO				
Objetivo	Linhas de Ação	Articulação Institucional	Indicador	PPA 2012-2015 PROGRAMA/COMPROMISSO/META
Criar mecanismos que possibilitem as mulheres em situação de violência de se empoderarem e terem autonomia.	Articular as políticas de enfrentamento à violência contra mulheres com as políticas de assistência social.	SPM SEDES	Articulação realizada	Programa: VIDA MELHOR – OPORTUNIDADE PARA QUEM MAIS PRECISA Compromisso: Fomentar a implantação de projetos produtivos para inserção de jovens do campo, de 16 a 29 anos, povos tradicionais e mulheres, visando a geração de renda Meta: Apoiar a implementação de 85 projetos produtivos.
	Implantar e manter centros territoriais de recuperação especializados para atendimentos de mulheres dependentes químicas, com cursos profissionalizantes e equipe multidisciplinar.	SPM SESAB SJCDH	Centros implantados e funcionando Mulheres atendidas	
	Garantir a inclusão de mulheres em situação de violência como beneficiárias dos programas sociais de geração de renda.	SPM SETRE SEDES	Mulheres beneficiadas	
	Criar programas de geração de renda para mulheres em situação de violência.	SPM SETRE SEDES	Programas criados Mulheres atendidas	
	Garantir a inclusão de mulheres em situação de violência como beneficiárias dos programas sociais de emprego.	SPM SETRE SEDES	Mulheres beneficiadas	
	Garantir a inclusão de mulheres em situação de violência como beneficiárias dos programas sociais de moradia.	SPM SETRE SEDES	Mulheres beneficiadas	

PLANO OPERATIVO				
Objetivo	Linhas de Ação	Articulação Institucional	Indicador	PPA 2012-2015 PROGRAMA/COMPROMISSO/META
Criar mecanismos que possibilitem as mulheres em situação de violência de se empoderarem e terem autonomia.	Garantir a inclusão de mulheres em situação de violência nos cursos profissionalizantes e técnicos promovidos e/ou apoiados pelo estado.	SPM SEC SETRE SEDES	Mulheres atendidas	<p>PROGRAMA: ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES Compromisso: Promover o pleno atendimento às mulheres em situação de violência. Entrega/Iniciativa: Articulação para a consolidação e implementação da rede de atendimento à mulher.</p>
	Garantir atendimento psicossocial aos(as) filhos(as) de mulheres em situação de violência.	SPM SESAB	Mulheres atendidas	
	Apoiar institucionalmente a formação do centro de referência LGBT nos territórios de identidade.	SPM SJCDH	Apoio consentido	
	Estimular que os veículos de comunicação institucionais não divulguem mensagens de desrespeito às mulheres lésbicas, considerando o recorte etnicorracial, bem como mulheres com deficiência e transtorno mental.	SPM SECM SECULT	Monitoramento realizado	
	Incrementar a articulação das redes de atenção às mulheres em situação de violência, com seus componentes de serviços, organismos de políticas, setores da sociedade, em particular do movimento de mulheres, considerando o recorte etnicorracial, bem como mulheres com deficiência e transtorno mental.	SPM	Articulação realizada	

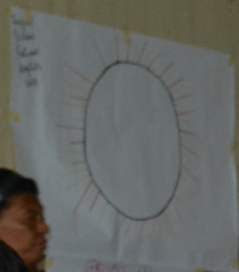
PLANO OPERATIVO				
Objetivo	Linhas de Ação	Articulação Institucional	Indicador	PPA 2012-2015 PROGRAMA/COMPROMISSO/META
Garantir os direitos humanos das mulheres em situação de privação de liberdade	Assegurar a existência de estabelecimentos penais femininos respeitando os direitos humanos e diversidade sexual dignos a todos os cidadãos e cidadãs.	SPM SJCDH SEAP	Presídios implantados e funcionando	PROGRAMA: ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES Compromisso: Assegurar o respeito aos direitos humanos e melhores condições às mulheres internas no sistema penitenciário. Entrega/Iniciativa: Articulação para desenvolvimento de programa de resgate da cidadania das internas e egressas do sistema prisional.
	Garantir a inserção de egressas do sistema prisional como beneficiárias dos programas sociais de habitação.	SPM SJCDH SEAP SEDUR	Mulheres beneficiadas	
	Manter e ampliar cursos de qualificação profissional e técnica para as encarceradas.	SPM SJCDH SEAP SETRE	Cursos realizados	Programa: RESSOCIALIZAÇÃO: DIREITO DO INTERNO E DO CUMPRIDOR DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS Compromisso: Promover a inclusão de pessoas privadas de liberdade no mundo do trabalho e sua ressocialização à sociedade, através da qualificação social e profissional. Meta: Realizar qualificação social e profissional de 3,5 mil pessoas em situação de privação de liberdade no Sistema Penitenciário do Estado.
	Ampliar programas de geração de renda destinados às mulheres em situação de privação da liberdade e egressas do sistema prisional.	SPM SJCDH SEAP SETRE	Mulheres atendidas	Programa: RESSOCIALIZAÇÃO: DIREITO DO INTERNO E DO CUMPRIDOR DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS Compromisso: Fortalecer a ressocialização e integração social dos internos e egressos do sistema penitenciário, através de ações de educação, saúde, assistência social, profissionalização e trabalho produtivo. Meta: Oferecer a 4 mil internos acesso efetivo às atividades produtivas laborais remuneradas e não remuneradas e ações de educação formal, profissional e cultural.
	Garantir o acesso das internas do sistema prisional à educação formal.	SPM SJCDH SEAP SEC	Mulheres atendidas	Programa: RESSOCIALIZAÇÃO: DIREITO DO INTERNO E DO CUMPRIDOR DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS Compromisso: Fortalecer a ressocialização e integração social dos internos e egressos do sistema penitenciário, através de ações de educação, saúde, assistência social, profissionalização e trabalho produtivo. Meta: Oferecer a 4 mil internos acesso efetivo às atividades produtivas laborais remuneradas e não remuneradas e ações de educação formal, profissional e cultural.

PLANO OPERATIVO				
Objetivo	Linhas de Ação	Articulação Institucional	Indicador	PPA 2012-2015 PROGRAMA/COMPROMISSO/META
Garantir os direitos humanos das mulheres em situação de privação de liberdade	Garantir a criação e funcionamento de equipamentos que permitam a convivência diária das internas do sistema prisional com os filhos e filhas durante a primeira infância.	SPM SJCDH SEAP SEC	Equipamentos criados e funcionando	
	Garantir a inserção de egressas do sistema prisional como beneficiárias dos programas de segurança alimentar.	SPM SEDES	Mulheres beneficiadas	
	Estimular a participação de empresas de economia pública, mista e privada em programas de ressocialização social das egressas do sistema prisional.	SPM SJCDH SEAP SETRE SEDES	Mulheres beneficiadas	
	Implementar e manter Programa de enfrentamento à AIDS e às DSTs nos presídios femininos e mistos.	SPM SJCDH SEAP SESAB	Programa implementado Mulheres atendidas	Programa: ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES Compromisso: Promover o respeito aos direitos sexuais e o enfrentamento à exploração sexual e ao tráfico de mulheres, por meio do fomento à desconstrução dos estereótipos e mitos e da repressão a tais condutas delituosas. Meta: Implementar o Plano Estadual de Enfrentamento a Fertilização da Aids/HIV e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis – DSTs.
	Implementar acompanhamento médico específico para mulheres em situação de prisão soro positivas.	SPM SJCDH SEAP SESAB	Mulheres atendidas	Programa: RESSOCIALIZAÇÃO: DIREITO DO INTERNO E DO CUMPRIDOR DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS Compromisso: Fortalecer a ressocialização e integração social dos internos e egressos do sistema penitenciário, através de ações de educação, saúde, assistência social, profissionalização e trabalho produtivo. Meta: Beneficiar 7.500 internos com ações de assistência à saúde, conforme Plano Nacional de Saúde Penitenciária.

CAPÍTULO 5

ERRADICAÇÃO DAS DESIGUALDADES NA
EDUCAÇÃO, VISANDO À EQUIDADE, RESPEITO
À DIVERSIDADE, AUTONOMIA E INCLUSÃO.

GRUPO 1
que motivou foi
a necessidade para
saber
cozinhar.
objetivo: Suprir
por o feminino.



GRUPO 1
"Quem se relaciona que come
esperança. Isso é."
relação e comunicação (apoio
da mulher, apoio e amor)
apenas uma pessoa
conduz a um grupo inteiro.

GRUPO 2
"Quem se relaciona que come
esperança. Isso é."
relação e comunicação (apoio
da mulher, apoio e amor)
apenas uma pessoa
conduz a um grupo inteiro.

Mulheres
da Paz em Ação
Capacitação em Empreendedorismo e Gestão
para Mulheres em Situação de Vulnerabilidade
2012

Mulheres
da Paz em Ação
Capacitação em Empreendedorismo e Gestão
para Mulheres em Situação de Vulnerabilidade
2012

Mulheres
da Paz em Ação
Capacitação em Empreendedorismo e Gestão
para Mulheres em Situação de Vulnerabilidade
2012

Mulheres
da Paz em Ação
Capacitação em Empreendedorismo e Gestão
para Mulheres em Situação de Vulnerabilidade
2012

Mulheres
da Paz em Ação
Capacitação em Empreendedorismo e Gestão
para Mulheres em Situação de Vulnerabilidade
2012

Mulheres
da Paz em Ação
Capacitação em Empreendedorismo e Gestão
para Mulheres em Situação de Vulnerabilidade
2012

Embora se reconheça que a escola é um dos espaços que mais influenciaram para alimentar as desigualdades de gênero baseadas no binarismo hierarquizado, sabe-se também que é justamente a escola que, associada às demais instâncias, poderá contribuir efetivamente para a transformação da sociedade.

Assim, considerando as desvantagens históricas acumuladas pelas mulheres, é importante afirmar as conquistas socialmente benéficas das lutas resultantes dos movimentos de mulheres e dos movimentos feministas, o que possibilitou sensíveis mudanças e

avanços no campo do acesso ao ensino para as meninas. Levando-se em conta tanto o desempenho escolar quanto os crescentes níveis de escolarização que poderiam ponderar outra realidade – sobretudo no mundo do trabalho – mas que ainda não deram conta de dirimir algumas dessas desvantagens, e que mantiveram muitas mulheres ainda atreladas às realidades de um passado recente. Essa realidade se acentua quando arrolamos as condições de vida de trabalhadoras rurais, ribeirinhas, quilombolas, e indígenas, como também entre as moradoras de bairros populares, de baixa equipagem das estruturas públicas, como segurança, saneamento, assistência à saúde, creches etc.

De acordo com o Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas – IPEA (2012), os índices estatísticos em educação demonstram que o ingresso ao ensino formal básico

de mulheres é equivalente aos dos homens e, na educação superior, mostra-se, inclusive, superior. Esse é um dado importante, sobretudo por ser impactante em novos segmentos da economia formal, atuando como possibilidade de rupturas aos espaços historicamente consagrados ao trabalho feminino, como o trabalho doméstico e/ou as atividades vinculadas, como vendedoras de artigos domésticos, roupas e acessórios, ou mesmo atividades comunitárias. Da mesma forma, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (2011) demonstraram que “as mulheres com mais de dez anos de idade estudam em média durante 7,5 anos, número superior ao desempenho dos homens, que é de 7,1 anos de estudo. A média geral no país é de 7,3 anos de estudo”.

A maior presença e melhor desempenho das mulheres na educação formal não lhes

asseguram, de modo equilibrado e no mesmo nível que a população masculina, os benefícios a eles consequentes nas demais relações sociais. Mesmo sendo importante considerar os resultados positivos que o fator “educação – anos de estudo” confere às mulheres, na busca por igualdade e autonomia, ele ainda não possibilitou uma reversão acentuada das desigualdades que lhes acometem.

Para ilustrar estas reflexões, propomos a aferição de dados recentes da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Salvador (SEI: PED/RMS-2012), realizada pela Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos da Bahia/SEI, juntamente com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos/DIEESE e outros parceiros. Os indicadores atualizados sobre a participação feminina no mercado de trabalho mostraram, entre outras questões, que as mulheres se mantiveram enquanto minoria ocupada (45,7%) e a maioria entre as pessoas desempregadas (57,2%). O rendimento médio auferido pelas mulheres, em todos os setores, é inferior ao dos homens, sendo que na indústria se verifica a situação

mais alarmante: o rendimento médio mensal das mulheres corresponde a 65,5% do ganho dos homens. Aqui, um novo desafio nos impõe revisarmos os tradicionais questionamentos que atrelam a baixa escolarização aos empregos de menor autonomia para, conseqüentemente, nos aproximarmos de outras abordagens que não mais imprimam a aceitação linear de que a baixa escolaridade seria responsável pela vulnerabilidade das mulheres no mercado de trabalho, podendo mesmo ser superada sua dimensão causa-efeito.

Outra dimensão de fundamental relevância no processo de revisão dos PEPM (e também do PNPM) diz respeito à reestruturação das práticas pedagógicas, incluindo, além de novos processos formativos para docentes (tanto na formação inicial quanto na formação continuada e em exercício), igual formação para coordenadores(as) pedagógicos(as), servidores(as) administrativos(as) e de apoio, e gestores(as). Da mesma forma, é igualmente urgente a revisão dos currículos escolares e das licenciaturas, dos livros didáticos e materiais complementares, chamando atenção para os audiovisuais em função da importân-

cia da crítica à mídia televisiva, além do próprio ambiente escolar enquanto espaço estratégico para que se assegurem práticas de igualdade entre os gêneros, bem como para o aperfeiçoamento da democracia através da perspectiva não racista, não sexista, não lesbofóbica, não homofóbica, plural, multicultural e multirreferenciada.

Somente através de práticas que respeitem às especificidades e as escolhas das pessoas é que poderemos avançar com a percepção de sua relevância no processo de produção e de compartilhamento (gestão social) do conhecimento, podendo tornar exitosas as medidas voltadas à erradicação das desigualdades na educação. Para a superação de tais desigualdades, além da garantia dos princípios da equidade e da diversidade, urge-se a desconstrução de preconceitos e estereótipos internalizados e naturalizados. Nesse sentido, perceber o não lugar historicamente conferido às mulheres enquanto reflexo da opressão do patriarcado, avaliar a invisibilização histórica e cultural das mulheres, recompor a memória das lutas das mulheres evidenciando a presença da mulher negra, in-

dígena, cigana, abordando a sua contribuição com o desenvolvimento nacional, enquanto consequência do racismo no Brasil, compreender as tentativas de silenciar questões afeitas às sexualidades – escudando-as, inclusive, através de pretensas anomalias biológicas ou disformismos morais de cunho religioso, mesmo sendo o Estado laico – enquanto expressão da unilateralidade imposta pela heterossexualidade compulsória, tudo isso se torna uma necessidade fundamental, de “dentro para fora” e “de fora para dentro” do ambiente escolar.

Esse entendimento deve perpassar as relações estabelecidas entre os agentes da comunidade escolar, com o processo de formação docente, com a revisão e a aplicação das diretrizes curriculares e com a produção dos materiais didáticos e pedagógicos que possibilitem a ampliação das linguagens, dos discursos e dos usos dos signos (sobretudo os de poder), de modo a impactar na esfera de tantas outras relações sociais, não somente da educação formal.

Finalizando, este plano visa promover a igualdade e combater as práticas e atitudes

que excluem e discriminam, na pretensão de constituir um mundo sem racismo, sem homofobia/lesbofobia, pautado na equidade e no respeito às identidades que somos constituídos(as). Dessa forma, as medidas relacionadas neste Plano Estadual de Política para as Mulheres devem estar relacionadas com o Plano de Desenvolvimento da Educação e ambos devem propor alfabetizar, escolarizar e qualificar as mulheres para a sua participação na sociedade, melhorando os indicadores sociais já amplamente reconhecidos.

OBJETIVO GERAL:

Promover ações no processo educacional em seus diferentes níveis, considerando a equidade de gênero, raça, etnia, opção religiosa, orientação sexual, geração e situação das pessoas com deficiências para a garantia dos direitos das mulheres com consequente inclusão no mercado de trabalho.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Superar as desigualdades educacionais que afetam as mulheres baianas, em todos os níveis, principalmente na educação profissional e no ensino superior.

Combater as causas e atos de violência,

preconceito e discriminação, no ambiente escolar e nas práticas pedagógicas, que atingem as mulheres pelo gênero e demais pertencimentos.

Estimular a formação continuada de docentes numa perspectiva que valorize os princípios da equidade, do respeito à diversidade e do combate à discriminação.

METAS:

- Incluir nas formações promovidas aos professores e professoras a temática de igualdade entre os gêneros sob a perspectiva não racista, não sexista, não lesbofóbica, não homofóbica, plural, multicultural e multirreferenciada;
- Indicar cursos de qualificação profissional que instrumentalizem a inserção das mulheres no mercado de trabalho;
- Fomentar ampliação do número de creches no estado da Bahia;

PLANO OPERATIVO				
Objetivo	Linhas de Ação	Articulação Institucional	Indicador	PPA 2012-2015 PROGRAMA/COMPROMISSO/META
Superar as desigualdades educacionais que afetam as mulheres baianas, em todos os níveis, principalmente na educação profissional e no ensino superior.	Estimular a presença de mulheres na educação profissional técnica de nível médio, de maior compleição masculina.	SPM SEC	Mulheres atendidas	Programa: EDUCAÇÃO PROFISSIONAL Compromisso: Fortalecer a inclusão educacional por meio da educação profissional para trabalhadores e populações tradicionalmente excluídas do acesso à educação profissional. Meta: Ofertar 10 mil vagas de cursos de educação profissional para trabalhadores e populações tradicionalmente excluídas do acesso à educação profissional.
	Assegurar, por meio de ações afirmativas, a participação proporcional de mulheres, de grupos social e historicamente vulneráveis, nas universidades estaduais.	SPM SEC	Ações afirmativas implantadas	Programa: EDUCAÇÃO SUPERIOR NO SÉCULO XXI Compromisso: Melhorar as condições de acesso e desenvolver a assistência e a permanência dos estudantes universitários, em especial daqueles provenientes de segmentos sociais de baixa renda e que apresentam dificuldades concretas de prosseguirem sua vida acadêmica. Entrega/iniciativa: Ampliação das cotas sociais de acesso ao processo seletivo das universidades.
	Expandir programas e ações de assistência às mulheres, para permanência e conclusão de cursos de graduação nas universidades estaduais, com ênfase para as de grupos social e historicamente vulneráveis.	SPM SJCDDH SEAP SETRE	Expansão realizada	Programa: EDUCAÇÃO SUPERIOR NO SÉCULO XXI Compromisso: Melhorar as condições de acesso e desenvolver a assistência e a permanência dos estudantes universitários, em especial daqueles provenientes de segmentos sociais de baixa renda e que apresentam dificuldades concretas de prosseguirem sua vida acadêmica. Meta: Atender 450 estudantes nas residências universitárias. Atender 430 crianças nas creches. Implantar 24 creches. Conceder 12.054 bolsas aos estudantes universitários. Atender 165.980 estudantes em restaurantes universitários.
	Estimular o atendimento do ensino médio integrado à formação profissional, considerando os interesses dos povos tradicionais, indígenas e quilombolas; considerando a atividade produtiva das mulheres.	SPM SEC SEPROMI	Mulheres atendidas	Programa: EDUCAÇÃO PROFISSIONAL Compromisso: Assegurar a escolaridade aos que não puderam efetuar os estudos na idade regular, por meio de cursos de educação profissional integrados à elevação da escolaridade nos níveis fundamental e médio, em articulação com ações federais e estaduais voltadas à promoção de trabalho, emprego e renda. Meta: Ofertar 20 mil matrículas do Programa Nacional de Integração Profissional com a Educação Básica - Projeja Médio
	Estimular a presença de mulheres em cursos de graduação de maior compleição masculina, nas universidades estaduais.	SPM SEC	Mulheres atendidas	
	Ampliar o apoio e o fomento à inclusão produtiva de mulheres chefes de família, beneficiárias de programas de transferência de renda, contribuindo com a redução dos índices de ausência e baixa frequência escolar na Bahia.	SEC SPM	Mulheres atendidas	Programa: VIDA MELHOR – OPORTUNIDADE PARA QUEM MAIS PRECISA Compromisso: Promover a inclusão produtiva de famílias inscritas no Cadastro Único – CadÚnico nas maiores cidades do estado e nas sedes dos territórios de identidade. Meta: Apoiar a inclusão de 46,8 mil famílias no processo produtivo.

PLANO OPERATIVO				
Objetivo	Linhas de Ação	Articulação Institucional	Indicador	PPA 2012-2015 PROGRAMA/COMPROMISSO/META
Superar as desigualdades educacionais que afetam as mulheres baianas, em todos os níveis, principalmente na educação profissional e no ensino superior	Estimular a ampliação e descentralização da oferta de vagas em creches e da educação infantil, considerando os indicadores crianças x faixa etária x municípios, além de critérios de identidade territorial.	SEC SPM	Vagas ampliadas	
	Elaborar e/ou revisar, de acordo com diretrizes nacionais, normas estaduais voltadas à diversificação curricular do ensino médio, visando à interdisciplinaridade e inclusão da perspectiva de gênero.	SEC/BA SPM/BA	Normas elaboradas e implementadas	Programa: FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA Compromisso: Fortalecer a inclusão educacional, garantindo o tratamento das temáticas relacionadas ao ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena, bem como às questões de gênero e sexualidade, identidade étnico-racial, educação especial e educação em direitos humanos. Meta: Estruturar 80% das escolas públicas estaduais com ações de infraestrutura, curriculares e educativas-culturais voltadas ao fortalecimento da inclusão educacional.
	Revisar e fomentar a implantação de programas de educação de jovens e adultos, no campo e na cidade, valorizando a diversidade de racial, de gênero e de orientação afetivo sexual; além dos conhecimentos e interesses próprios da população beneficiada.	SEC/BA SPM/BA	Programas Implementados	Programa: ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS Compromisso: Ampliar as ações de alfabetização de jovens, adultos e idosos, enquanto direito que não prescreve com a idade. Meta: Alfabetizar 1 milhão de pessoas jovens, adultas e idosas.
	Apoiar a criação de espaços para acolhimento de filhos(as) de mulheres estudantes de nível fundamental e médio, turno noturno.	SEC/BA SPM/BA	Espaços criados	

PLANO OPERATIVO				
Objetivo	Linhas de Ação	Articulação Institucional	Indicador	PPA 2012-2015 PROGRAMA/COMPROMISSO/META
Combater as causas e atos de violência, preconceito e discriminação, no ambiente escolar e nas práticas pedagógicas, que atingem as mulheres pelo gênero e demais pertencimentos.	Instituir medidas de prevenção à evasão escolar de meninas e mulheres, com ênfase para o ensino fundamental, médio e EJA, motivada por preconceito e discriminação racial, de orientação afetivo-sexual ou à identidade de gênero.	SEC SPM SJCDH SEPROMI	Medidas instituídas	Programa: PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E GARANTIA DE DIREITOS Compromisso: Promover a educação antirracista nas escolas públicas. Meta: Estruturar 80% das escolas públicas com ações curriculares educativas e culturais voltadas ao desenvolvimento de conteúdo e práticas escolares antirracistas.
	Promover ações colaborativas que assegurem o cumprimento do art. 26A da LDB, da Lei 10.639/2003 e da Lei 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial).	SPM SEPROMI	Ações realizadas	
	Desenvolver ações voltadas à inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens do sexo feminino que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua.	SPM SEDES FUNDAC	Ações realizadas	
	Revisar as políticas e implementar ações voltadas à garantia da educação formal às mulheres em situação de prisão no estado da Bahia, assegurando uma base pedagógico-curricular que respeite os seus conhecimentos e pertencimentos sociais, raciais, religiosos e afetivo-sexuais.	SEAP SPM SEC	Ações implementadas	

PLANO OPERATIVO				
Objetivo	Linhas de Ação	Articulação Institucional	Indicador	PPA 2012-2015 PROGRAMA/COMPROMISSO/META
Combater as causas e atos de violência, preconceito e discriminação, na gestão, no ambiente escolar e nas práticas pedagógicas, que atingem às mulheres pelo gênero e demais pertencimentos.	Assegurar o reconhecimento e o emprego do nome social das discentes e docentes transexuais, na gestão e demais práticas escolares da Bahia, incluindo na educação superior.	SEC SPM SJCDH	Implementação do nome social	
	Disseminar e adotar medidas educacionais que garantam a efetividade dos marcos legais de combate à violência e à discriminação de gênero, racial, por orientação afetivo-sexual, crença religiosa e outras.	SPM SEC SEPROMI SJCDH	Medidas adotadas	Programa: FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA Compromisso: Fortalecer a inclusão educacional, garantindo o tratamento das temáticas relacionadas ao ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena, bem como às questões de gênero e sexualidade, identidade étnico-racial, educação especial e educação em direitos humanos. Entrega/Iniciativa: Ampliação e monitoramento das ações de respeito à diversidade na educação básica.
	Realizar e apoiar campanhas e a difusão de materiais educativos e de mídia com abordagem antirracistas e antissexistas; de respeito e de valorização da pluralidade etnicorracial e de gênero; e de divulgação dos saberes tradicionais.	SECOM SPM SEC SEPROMI	Campanhas apoiadas e/ou realizadas	Programa: PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E GARANTIA DE DIREITOS Compromisso: Combater o racismo e a intolerância religiosa, articulando, intersetorialmente, os órgãos públicos e entidades da sociedade civil. Entrega: Realização de campanhas de combate ao racismo. Programa: ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES Compromisso: Promover o respeito aos direitos sexuais e o enfrentamento à exploração sexual e ao tráfico de mulheres, por meio do fomento à desconstrução dos estereótipos e mitos e da repressão a tais condutas delituosas. Meta: Realizar quatro campanhas de conscientização contra exploração sexual e tráfico de mulheres.
	Garantir a incorporação da perspectiva da igualdade de gênero nas políticas e ações educacionais no estado da Bahia	SPM SEC	Incorporação realizada	Programa: AUTONOMIA DAS MULHERES Compromisso: Fortalecer uma cultura social não sexista, não racista, não lesbofóbica e homofóbica, pela promoção de políticas públicas de educação de qualidade, culturais, de esporte e lazer, com garantia de tratamento igualitário entre mulheres e homens. Entrega/iniciativa: Incentivo e monitoramento da implementação da política de acesso e permanência das mulheres nas universidades, de redução do analfabetismo e de inclusão digital das mulheres.

PLANO OPERATIVO				
Objetivo	Linhas de Ação	Articulação Institucional	Indicador	PPA 2012-2015 PROGRAMA/COMPROMISSO/META
Estimular a formação continuada de docentes numa perspectiva que valorize os princípios da equidade, do respeito à diversidade e do combate à discriminação.	Ofertar programas de produção de material didático-pedagógico, paradidático e de desenvolvimento de currículos que incorporem a perspectiva da equidade e dignidade de gênero, raça e outros aspectos da diversidade.	SEC SPM SEPROMI SJCDDH	Programas implementados	<p>Programa: AUTONOMIA DAS MULHERES Compromisso: Fortalecer uma cultura social não sexista, não racista, não lesbofóbica e homofóbica, pela promoção de políticas públicas de educação de qualidade, culturais, de esporte e lazer, com garantia de tratamento igualitário entre mulheres e homens. Entrega/iniciativa: Fomento à produção e circulação de conteúdos não discriminatórios e não estereotipados.</p> <p>Programa: PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E GARANTIA DE DIREITOS Compromisso: Promover a educação antirracista nas escolas públicas. Meta: Estruturar 80% das escolas públicas com ações curriculares educativas e culturais voltadas ao desenvolvimento de conteúdo e práticas escolares antirracistas.</p>
	Implementar programas específicos para formação de professores das populações do campo, comunidades quilombolas e povos indígenas, respeitando as peculiaridades regionais e incorporando a perspectiva da equidade e dignidade de gênero, raça e outros aspectos da diversidade.	SEC SPM SEAGRI	Programas implementados	<p>Programa: PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E GARANTIA DE DIREITOS Compromisso: Combater o racismo e a intolerância religiosa, articulando, intersetorialmente, os órgãos públicos e entidades da sociedade civil. Meta: Realizar 200 oficinas de combate, identificação e prevenção do racismo em todos os órgãos da administração pública.</p>

CAPÍTULO 6

COMPROMISSOS POLÍTICOS E PROPOSTAS
PARA A ERRADICAÇÃO DO RACISMO E DO
SEXISMO.



Refletir e elaborar estratégias que viabilizem, no campo das políticas públicas, a promoção da equidade de gênero no estado da Bahia, perpassa, necessariamente, pela adoção de uma postura que reconheça e desvele as desigualdades e diferenças que acometem determinados grupos de mulheres, em face de seus outros pertencimentos, o que lhes acarreta, por consequência e de forma negativa, uma sobrecarga de opressões.

Reconhecendo que o racismo impregna, de modo estruturante, todas as relações sociais no Brasil, prejudicando acentuadamente o alcance de interesses e o gozo de direitos por parte da popula-

ção negra, resta evidenciar a importância de, nesta etapa de revisão e monitoramento do Plano de Políticas para as Mulheres na Bahia, se incluir a perspectiva racial de gênero, inclusive para uma definição apropriada das prioridades desta carta política. Com isso, busca-se reduzir as desigualdades intragênero, na medida em que se reconhece que as questões sociais negativas não atingem a todas as mulheres da mesma forma.

Ademais, quando da aprovação do último Plano Estadual de Políticas para as

Mulheres, ainda não estava em vigor a Lei nº 12.288/2010, conhecida como Estatuto da Igualdade Racial, a qual se constitui enquanto um microsistema jurídico voltado ao enfrentamento ao racismo e à promoção da igualdade racial; a instituir uma base normativa garantista à população negra, além de obrigações aos poderes públicos, que precisam ser efetivadas.

No que diz respeito às mulheres negras, o Estatuto da Igualdade Racial reconhece como a combinação das determinantes de gênero e raça lhes causa inúmeras desigualdades sociais. E, nesta esfera, o referido marco legal apresenta, ainda, algumas medidas potencialmente reparadoras das distorções vivenciadas pelas mulheres negras, as quais necessitam ser aplicadas emergencialmente.

Partindo desta compreensão, as discussões e propostas dirigidas às questões de gênero e raça – em sede de revisão e monito-

ramento do PNPB – são o que reafirmamos, a centralidade de três linhas fundamentais ao reforço interseccional. A primeira delas **busca tratar e assegurar a perspectiva da igualdade de gênero, levando-se em conta as políticas de promoção da igualdade racial nas políticas governamentais** com vistas a assegurar, para além do reconhecimento pelo poder público das marcantes desigualdades que atingem as mulheres negras e de outros grupos étnicos, o ajuste das políticas públicas (através de medidas corretivas, reparatórias e afirmativas) e atender aos interesses desta população estratégica, tudo com base no princípio da equidade.

As propostas elaboradas com base nesta diretriz estratégica possibilitarão, inclusive, que sejam obtidos, de modo mais preciso e interseccional, indicadores sociais desagregados por gênero e raça. Através dele, o poder executivo baiano terá a possibilidade de rever suas estratégias de ação, assegurando efetividade e eficácia das políticas públicas.

A segunda linha prioritária visa dedicar-se à **elaboração, implementação e execução de medidas preventivas e de enfrentamento ao sexismo e ao racismo**, sobretudo quando combinados na dimensão de sua

institucionalidade, independentemente de serem em espaços públicos ou privados. Sua relevância encontra-se justificada no fato de estas ideologias discriminatórias impregnarem, de modo considerável, as ações gerenciais e as práticas desenvolvidas nestas duas esferas, dificultando, principalmente, a vigência da igualdade material na prestação e no acesso a serviços, assim como nas oportunidades e conquistas profissionais alcançadas por esta população.

Por fim, a terceira prioridade estruturante diz respeito à instituição de programas e ações destinados à **valorização das mulheres negras e de outros grupos étnicos igualmente discriminados**, a exemplo das mulheres indígenas, contribuindo com a reversão das diversas formas de violência e discriminação que lhes atingem, em que pesem as instituições de Estado e o povo brasileiro que buscam notabilizar, de forma positiva, a nossa diversidade racial, inclusive pontuando como um mecanismo que diferencia e legitima a democracia no país, o peso da violência simbólica sobre a população negra e de outros grupos étnicos.

No caso das mulheres negras, a ofensa coletiva à sua dignidade enquanto mulher e sujeito de direitos ocorre de modo ostensivo

(cada vez menos sutil), com fins de legitimar toda sorte de violências, além de refletir na relação entre pessoas e delas com as instituições (públicas e privadas).

A intenção com as medidas propostas no âmbito desta diretriz estratégica é a de aplacar a reprodução de desigualdades calcadas numa visão social de inferioridade da mulher negra, as quais são disseminadas com o uso de um sistema linguístico e cultural que se vale do discurso, das imagens e dos símbolos para negar, estereotipar e segregar esta população. Além disso, querem-se garantir efeitos benéficos no campo da autoestima e da valorização destas mulheres.

OBJETIVO

Contribuir para a superação das desigualdades baseadas no racismo e sexismo.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Assegurar a inserção da perspectiva da igualdade racial de gênero nas políticas e medidas governamentais, inclusive ações afirmativas, em atendimento aos direitos e interesses das mulheres negras e de outros grupos étnicos;

Elaborar e implementar medidas de prevenção e de enfrentamento ao racismo e ao sexismo institucional, nos espaços públicos e privados;

Instituir medidas para a valorização das mulheres negras e de outros grupos étnicos, revertendo as diversas formas de violência e discriminação.

METAS

- Promover ações que incentivem a erradicação do racismo institucional no estado da Bahia;

- Fortalecer e ampliar a participação das mulheres negras na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas.

- Favorecer a implementação de ações articuladas de forma intersetorial nas áreas de educação, saúde e segurança;

- Favorecer a implementação de ações

articuladas de forma intersetorial nas áreas de geração de renda, moradia e autonomia plena.

- Realizar medidas de ação afirmativa para as mulheres negras em diversas esferas do estado.

PLANO OPERATIVO				
Objetivo	Linhas de Ação	Articulação Institucional	Indicador	PPA 2012-2015 PROGRAMA/COMPROMISSO/META
Assegurar a inserção da perspectiva da igualdade racial de gênero nas políticas e medidas governamentais, inclusive em ações afirmativas, atendendo aos direitos e interesses das mulheres negras e de outros grupos étnicos.	Aperfeiçoar os indicadores sociais utilizados pelo governo da Bahia, desagregando-os, obrigatoriamente, por raça/cor e gênero, visando à eficácia na execução, monitoramento e avaliação das políticas públicas.	SPM SEPLAN SEPROMI	Indicadores aperfeiçoados	Programa: PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E GARANTIA DE DIREITOS Entrega/iniciativa: Implantação de sistema de geração e difusão de informações. Implantação de processo para acompanhamento, monitoramento e avaliação das políticas de promoção da igualdade racial. Programa: AUTONOMIA DAS MULHERES Compromisso: Promover a implantação do Sistema Integrado de Gestão da Política Estadual para Mulheres, para garantir a articulação intragovernamental, intergovernamental e o fomento à participação social com o objetivo de subsidiar as decisões do governo. Meta: Estruturar e instalar o Comitê Estadual de Monitoramento de Programas Institucionais.
	Instituir arranjos de planejamento e gestão visando à efetiva transversalidade e a intersetorialidade das políticas estaduais, no que tange a perspectiva racial e de gênero.	SPM SEPLAN SEPROMI	Medidas transversais ou intersetoriais asseguradas em políticas públicas universais	Programa: PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E GARANTIA DE DIREITOS Compromisso: Gerir as políticas de promoção da igualdade racial no âmbito estadual. Meta: Elaborar quatro relatórios anuais de avaliação das políticas de promoção da igualdade racial no Estado. Programa: AUTONOMIA DAS MULHERES Compromisso: Promover a implantação do Sistema Integrado de Gestão da Política Estadual para Mulheres, para garantir a articulação intragovernamental, intergovernamental e o fomento à participação social com o objetivo de subsidiar as decisões do governo. Meta: Estruturar e instalar o Comitê Estadual de Monitoramento de Programas Institucionais.
	Fomentar a presença do segmento "mulheres negras" nos conselhos municipais de políticas para as mulheres.	SPM SEPROMI	Representações de mulheres negras inseridas em Conselhos Municipais de Políticas para as Mulheres	

PLANO OPERATIVO				
Objetivo	Linhas de Ação	Articulação Institucional	Indicador	PPA 2012-2015 PROGRAMA/COMPROMISSO/META
Assegurar a inserção da perspectiva da igualdade racial de gênero nas políticas e medidas governamentais, inclusive em ações afirmativas, atendendo aos direitos e interesses das mulheres negras e de outros grupos étnicos.	Fomentar a criação de organismo executivo alusivo à "saúde da população negra" junto às secretarias municipais de saúde.	SEDUR SPM SEPRONI	Organismos executivos alusivos à "saúde da população negra" criados	<p>Programa: PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E GARANTIA DE DIREITOS Compromisso: Fomentar ações e articular estratégias intersetoriais para apoiar a implementação da Política de Saúde Integral da População Negra no Estado da Bahia. Meta: Apoiar a elaboração e implementação da Política de Saúde Integral da População Negra no Estado da Bahia.</p> <p>Programa: BAHIA SAUDÁVEL Compromisso: Promover a equidade e a humanização no cuidado à saúde no Sistema Único de Saúde - SUS das populações historicamente excluídas, discriminadas e/ou estigmatizadas. Meta: Implantar o programa de combate ao racismo institucional em 51 unidades da rede própria de saúde.</p>
	Assegurar, através da ação governamental, o acesso ao crédito para a pequena produção, nos meios rural e urbano, para mulheres negras.	SEDUR SPM SEPRONI	Mulheres negras beneficiadas	<p>Programa: VIDA MELHOR – OPORTUNIDADE PARA QUEM MAIS PRECISA Compromisso: Disponibilizar linhas de financiamento visando à promoção da inclusão produtiva, de forma sustentável e digna, de pessoas em situação de pobreza e com potencial de trabalho no estado. Meta: Ampliar em 78% a oferta de crédito para cadeias produtivas e a geração de emprego e renda.</p>
	Assegurar nas ações de financiamento para criar e ampliar pequenas e médias empresas e nos programas de geração de renda, o estímulo para a promoção de empresárias negras.	SEFAZ SPM SEPRONI	Empresárias ou empreendedoras negras apoiadas	<p>Programa: MICROEMPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE. Compromisso: Disponibilizar linhas de financiamento destinadas a apoiar microempresas e empresas de pequeno porte do estado, contribuindo para o fortalecimento deste segmento. Meta: Ampliar em 100% a oferta de crédito para microempresas e empresas de pequeno porte.</p>
	Assegurar nas ações voltadas ao direito à moradia adequada e digna à população negra, a titularidade de imóveis, incentivos fiscais e financiamentos às mulheres chefes de família.	SEDUR SPM SEPRONI	Mulheres negras com titularidade de imóvel e/ou beneficiadas com incentivos fiscais e/ou financiamentos para aquisição da casa própria	<p>Programa: MORADIA DIGNA Compromisso: Regularizar a situação fundiária de imóveis, inclusive de áreas com potencial para habitação de interesse social. Meta: Emitir 25 mil títulos de propriedade.</p>

PLANO OPERATIVO				
Objetivo	Linhas de Ação	Articulação Institucional	Indicador	PPA 2012-2015 PROGRAMA/COMPROMISSO/META
Assegurar a inserção da perspectiva da igualdade racial de gênero nas políticas e medidas governamentais, inclusive em ações afirmativas, atendendo aos direitos e interesses das mulheres negras e de outros grupos étnicos.	Incentivar que sejam estabelecidos critérios de prioridade às mulheres negras nas ações de assistência técnica rural, simplificação do acesso ao crédito agrícola e fortalecimento da infraestrutura de logística para a comercialização da produção.	SPM SEDES SEAGRI SEPROMI	Mulheres assistidas	Programa: PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E GARANTIA DE DIREITOS Compromisso: Gerir as políticas de promoção da igualdade racial no âmbito estadual. Entrega/iniciativa: Lançamento de editais de apoio às iniciativas da sociedade civil com foco no empoderamento da população negra e comunidades tradicionais.
	Apoiar, mediante cooperação técnica, intercâmbios, convênios e incentivos, entre outros, ações socioeducacionais realizadas por entidades de mulheres negras, urbanas e rurais.	SPM SEPROMI SEC SECULT SESAB	Entidades apoiadas	

PLANO OPERATIVO				
Objetivo	Linhas de Ação	Articulação Institucional	Indicador	PPA 2012-2015 PROGRAMA/COMPROMISSO/META
Elaborar e implementar medidas de prevenção e de enfrentamento ao racismo e ao sexismo institucional, nos espaços públicos e privados;	Implementar medidas para a ampliação da presença de mulheres negras nos cargos do serviço público estadual, dos municípios baianos.	SPM CASA CIVIL SEPLAN SETRE SEPROMI	Medidas instituídas	Programa: AUTONOMIA DAS MULHERES Compromisso: Promover o fortalecimento da participação igualitária, plural e multirracial das mulheres em espaços de poder e decisão das políticas públicas. Entrega: Promoção da difusão dos direitos e do estímulo à participação das mulheres nos espaços de poder de decisão e das políticas públicas.
	Implantar medidas direcionadas à inclusão de mulheres negras no mercado de trabalho, em variadas áreas, de acordo com o art. 40 da Lei nº 12.288/2010.	SPM/BA SETRE/BA SEPROMI/BA	Mulheres inseridas	
	Propor, acompanhar e apoiar às ações de prevenção e enfrentamento do racismo e sexismo institucional, na esfera privada e pública, no estado da Bahia.	SPM SEPROMI	Medidas propostas Medidas em acompanhamento Medidas apoiadas	Programa: PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E GARANTIA DE DIREITOS Compromisso: Combater o racismo e a intolerância religiosa, articulando, intersetorialmente, os órgãos públicos e entidades da sociedade civil. Meta: Divulgar a Rede de Combate ao Racismo e à Intolerância Religiosa, através de campanhas, nos 417 municípios baianos.
	Realizar e apoiar a formação e capacitação de agentes públicos, visando à prevenção de práticas discriminatórias relativas à raça e a gênero no ambiente de trabalho.	SPM/BA SEPROMI/BA	Formações e capacitações realizadas Formações e capacitações apoiadas	Programa: PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E GARANTIA DE DIREITOS Compromisso: Combater o racismo e a intolerância religiosa, articulando, intersetorialmente, os órgãos públicos e entidades da sociedade civil. Meta: Realizar 200 oficinas de combate, identificação e prevenção do racismo em todos os órgãos da administração pública. Programa: AUTONOMIA DAS MULHERES Compromisso: Fortalecer uma cultura social não sexista, não racista, não lesbofóbica e homofóbica, pela promoção de políticas públicas de educação de qualidade, culturais, de esporte e lazer, com garantia de tratamento igualitário entre mulheres e homens. Meta: Sensibilizar e capacitar 500 gestores em políticas públicas.
	Apoiar e difundir práticas de valorização da diversidade racial e de gênero em organizações privadas e instituições públicas.	SPM/BA SEPROMI/BA	Práticas de valorização apoiadas e difundidas	Programa: PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E GARANTIA DE DIREITOS. Compromisso: Combater o racismo e a intolerância religiosa, articulando, intersetorialmente, os órgãos públicos e entidades da sociedade civil. Programa: AUTONOMIA DAS MULHERES Compromisso: Fortalecer uma cultura social não sexista, não racista, não lesbofóbica e homofóbica, pela promoção de políticas públicas de educação de qualidade, culturais, de esporte e lazer, com garantia de tratamento igualitário entre mulheres e homens.

PLANO OPERATIVO				
Objetivo	Linhas de Ação	Articulação Institucional	Indicador	PPA 2012-2015 PROGRAMA/COMPROMISSO/META
Instituir medidas para a valorização das mulheres negra e de outros grupos étnicos, revertendo as diversas formas de violência e discriminação.	Realizar e apoiar a difusão de materiais educativos e de conteúdo de mídia com abordagens antirracistas e antissexistas; de respeito e de valorização da diversidade racial, de gênero; e de divulgação dos saberes tradicionais.	SPM SEPROMI SEC SECULT SECOMI	Materiais produzidos Apoios realizados	<p>Programa: AUTONOMIA DAS MULHERES Compromisso: Fortalecer uma cultura social não sexista, não racista, não lesbofóbica e homofóbica, pela promoção de políticas públicas de educação de qualidade, culturais, de esporte e lazer, com garantia de tratamento igualitário entre mulheres e homens. Entrega/Iniciativa: Fomento a produção e circulação de conteúdos não discriminatórios e não estereotipados</p> <p>Programa: PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E GARANTIA DE DIREITOS Compromisso: Combater o racismo e a intolerância religiosa, articulando, intersetorialmente, os órgãos públicos e entidades da sociedade civil. Meta: Divulgar a Rede de Combate ao Racismo e à Intolerância Religiosa, através de campanhas, nos 417 municípios baianos.</p>
	Promover campanhas contra a marginalização da mulher negra no trabalho artístico e cultural.	SPM SEPROMI SECULT SECOM	Campanhas promovidas	
	Assegurar, na publicidade institucional a participação de mulheres negras e de outros grupos étnicos.	SPM/BA SEPROMI SECOM	Publicidade institucional inclusiva realizada	
	Promover e/ou apoiar atividades destinadas à reflexão sobre a cidadania e direitos humanos das mulheres negras.	SPM SJCDDH SEPROMI	Atividades e ações realizadas	<p>Programa: PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E GARANTIA DE DIREITOS Compromisso: Combater o racismo e a intolerância religiosa, articulando intersetorialmente os órgãos públicos e entidades da sociedade civil. Meta: Realizar 200 oficinas de combate, identificação e prevenção do racismo em todos os órgãos da administração pública</p>



GESTÃO DE MONITORAMENTO DO PEPM 2013 - 2015



BAIXARIA



RA É LEI
2.573/2012
ESSE BLOCO

BAIXARIA



RA É LEI
2.573/2012
ESSE BLOCO

BAIXARIA
RA É LEI
2.573/2012
ESSE BLOCO

BAIXARIA
RA É LEI
2.573/2012
ESSE BLOCO

BAIXARIA
RA É LEI
2.573/2012
ESSE BLOCO

Um dos princípios básicos da gestão democrática é o reconhecimento da existência de desigualdades sociais para além das desigualdades econômicas, isto é, reconhecer que outros condicionantes sociais, a exemplo de gênero e raça, também são estruturantes nas sociedades diferenciadas socialmente.

Incorporar a perspectiva de gênero e raça nos processos de planejamento, implementação, alocação de recursos, monitoramento e avaliação de cada programa ou política é também democratizar o estado e suas instâncias de deliberação.

Nesse contexto, o conceito de transversalidade de gênero na política pública é definidor:

Para a transformação dos espaços cristalizados de opressão e invisibilidade das mulheres dentro do aparato estatal, faz-se necessário um novo jeito de fazer política pública: a transversalidade. A transversalidade das políticas de gênero é, ao mesmo tempo, um construto teórico e um conjunto de ações e de práticas políticas e governamentais. [...] A transversalidade permite abordar problemas multidimensionais e intersetoriais de forma combinada, dividir responsabilidades e superar a persistente “departamentalização” da política. Na medida em que considera todas as formas de desigualdade, combina ações para as mulheres e para a igualdade de gênero e, dessa forma, permite o enfrentamento do problema por inteiro².

A transversalidade de gênero e raça, enquanto perspectiva democrática, está presente nos dois Planos Estaduais de Políticas para as Mulheres anteriores. O II PEPM, em seu eixo sobre gestão e monitoramento do plano, deixa explícito seu com-

promisso com democratização do aparelho de estado ao afirmar:

É nessa perspectiva de democratização do aparelho do estado que propor e implementar políticas públicas é influenciar o poder em questões e problemas que concernem aos cidadãos e cidadãs, sobretudo àqueles marginalizados(as) e excluídos(as) dos processos políticos. É pensar na construção de organizações fortes e democráticas, no fortalecimento da sociedade civil na sua ação de controle social e de responsabilização, como mecanismo de exercício da cidadania. É simplesmente democratizar as relações de poder e ampliar a participação dos segmentos historicamente excluídos dos processos de tomada de decisão³.

Esse compromisso se reafirma no PEPM 2013 - 2015, ao reconhecer a necessidade de criar novas institucionalidades promotoras e articuladoras da transversalização de gênero e raça nas políticas públicas, bem como de fortalecer os organismos já existentes, de promover a responsabiliza-

²Governo do Brasil/SPM-PR. III Plano Nacional de Políticas para Mulheres, 2013-2015. Pág. 10. Disponível: <http://www.spm.gov.br/pnmp/publicacoes/pnmp-2013-2015-em-22ago13.pdf>

³Governo do estado da Bahia/ Secretaria de Promoção da Igualdade. II Plano Estadual de Políticas para Mulheres, 2009.

ção dos gestores públicos e de criar mecanismos de diálogo e controle social que garantam aos cidadãos e cidadãs, bem como às organizações da sociedade civil atuarem como atores e atrizes políticos na gestão pública.

Porém, é necessário ir além da simples criação de um organismo específico ou da sensibilização do agente público sobre a importância da transversalização de gênero e raça nas políticas. É preciso desenvolver capacidades institucionais eficientes na definição de agendas, no planejamento, estruturação e execução de políticas de promoção da igualdade de gênero e raça. Segundo Tais Abramo:

Fundamental é saber como traduzir essa sensibilidade em programas e políticas concretas, em ferramentas concretas, e isso exige um grande esforço de formação e capacitação dos gestores públicos e dos demais atores sociais e a criação de espaços e mecanismos de diálogo social e de concertação em torno ao tema⁴.

Por outro lado, a sociedade civil também tem que estar preparada e capacitada para exercer o controle social. O exercício

do controle social deve começar com a definição dos mecanismos de controle, de intervenção e de participação cidadã. Para tal exige além do acesso à informação, um conhecimento específico para tratar os dados, as informações ou até mesmo conseguir o acesso à informação. A definição de que políticas necessitamos, que metas queremos atingir, que mecanismos vamos utilizar para alcançá-las e como vamos monitorá-las são questões básicas na efetivação do controle social⁵.

Monitorar uma política, uma ação do estado é como uma pista de fluxo permanente em dois sentidos. De um lado o acompanhamento contínuo por parte dos gestores e técnicos (agentes públicos) em relação aos objetivos e metas, através de indicadores definidos previamente. Do outro lado da pista, a sociedade civil organizada, fiscalizando a aplicação dos recursos, a qualidade dos serviços, a execução das metas e a responsabilização do agente público (accountability).

O compromisso por parte do governo estadual, a partir da implementação das ações que aqui seguem, vai no sentido de garantir uma participação democrática e

ativa por parte de toda a sociedade baiana.

A efetivação dessas ações e a garantia de sua realização são uma perspectiva demandada pelo movimento de mulheres, passam também pela pressão, acompanhamento, monitoramento e fiscalização da sociedade civil. Somente um movimento de mulheres forte, organizado e atuante é capaz de garantir a fiscalização e aplicação dos recursos necessários à qualidade dos serviços e a responsabilização institucional.

OBJETIVO

Divulgar e monitorar o PEPM 2013 - 2015 com o objetivo de melhorar a integração dos órgãos setoriais na definição e tratamento da transversalidade.

OBJETIVO ESPECÍFICO

Ampliar a participação e o controle social no processo de implementação do PEPM 2013 - 2015.

Produção e disseminação de dados e pesquisas que tratem da temática de gênero.

METAS

- Realizar cinco oficinas de capacitação com gestores públicos para divulgação do PEPM 2013 - 2015;
- Constituição do Comitê de Monitoramento do PEPM 2013 - 2015.

⁴Abramo, Tais. **Perspectiva de gênero e raça nas políticas públicas**. Apresentação feita no Seminário Internacional América do Sul, África, Brasil: acordos e compromissos para a promoção da igualdade racial e combate a todas as formas de discriminação, Brasília, 22-24 de março de 2004.

⁵COSTA, Ana Alice A. De gênero, políticas públicas e monitoramento. In. SEMULHER. **Gênero e política**. Maceió: 2006. P. 65

PLANO OPERATIVO				
Objetivo	Linhas de Ação	Órgão Responsável	Indicador	PPA 2012-2015 PROGRAMA/COMPROMISSO/META
Ampliar a participação e o controle social no processo de implementação do PEPM 2013 - 2015.	Construção de um plano de comunicação com a orientação estratégica, escolha dos meios, orientação criativa e avaliação dos resultados para uma ampla divulgação do PEPM 2013 - 2015.	SPM	Plano de comunicação constituído	
	Incentivar a formulação de Planos de Políticas para as Mulheres nos municípios baianos.	SPM	Planos municipais construídos	Programa: AUTONOMIA DAS MULHERES Compromisso: Promover a implantação do Sistema Integrado de Gestão da Política Estadual para Mulheres, para garantir a articulação intragovernamental, intergovernamental e o fomento à participação social com o objetivo de subsidiar as decisões do governo. Entrega/iniciativa: Fomento à construção de planos locais e à criação de organismos municipais para promoção e defesa dos direitos das mulheres.
	Contribuir e articular para a criação de Organismos de Políticas para as Mulheres – OPMs nos municípios, como instrumentos de fortalecimento das políticas públicas para as mulheres no estado da Bahia.	SPM SERIN	OPMs criados	Programa: AUTONOMIA DAS MULHERES Compromisso: Promover a implantação do Sistema Integrado de Gestão da Política Estadual para Mulheres, para garantir a articulação intragovernamental, intergovernamental e o fomento à participação social com o objetivo de subsidiar as decisões do governo. Meta: Ampliar para 80 os municípios com organismos de políticas para as mulheres e com Plano Municipal de Políticas para as Mulheres
	Promover o fortalecimento institucional do Fórum Estadual de Organismos de Políticas para as Mulheres com um processo de formação contínuo através de uma agenda comum e ações articuladas.	SPM		

PLANO OPERATIVO				
Objetivo	Linhas de Ação	Articulação Institucional	Indicador	PPA 2012-2015 PROGRAMA/COMPROMISSO/META
Ampliar a participação e o controle social no processo de implementação do PEPM 2013 - 2015.	Criação do GGIPM – Grupo de Gestão Integrada da Política Estadual para as Mulheres	SPM	Plano de Comunicação constituído	Programa: AUTONOMIA DAS MULHERES Compromisso: Promover a implantação do Sistema Integrado de Gestão da Política Estadual para Mulheres, para garantir a articulação intragovernamental, intergovernamental e o fomento à participação social com o objetivo de subsidiar as decisões do governo. Meta: Estruturar e instalar o Comitê Estadual de Monitoramento de Programas Institucionais.
	Apoio ao funcionamento do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos das Mulheres.	SPM	Planos municipais constituídos	Programa: AUTONOMIA DAS MULHERES Compromisso: Promover a implantação do Sistema Integrado de Gestão da Política Estadual para Mulheres, para garantir a articulação intragovernamental, intergovernamental e o fomento à participação social com o objetivo de subsidiar as decisões do governo. Entrega/Iniciativa: Estruturação física, política, institucional e financeira das ações do Conselho de Defesa dos Direitos das Mulheres.
	Apoiar a criação e fortalecimento de conselhos municipais de mulheres.	SPM	OPMs criados	Programa: AUTONOMIA DAS MULHERES Compromisso: Promover o a implantação do Sistema Integrado de Gestão da Política Estadual para Mulheres para garantir a articulação intragovernamental, intergovernamental e o fomento à participação social com o objetivo de subsidiar as decisões do governo. Meta: Ampliar para 50% o total de municípios que dispõem de conselhos de promoção e defesa dos direitos das mulheres.
Ampliar a participação e o controle social no processo de implementação do PEPM 2013 - 2015.	Promover a formação em políticas públicas (formulação, execução e avaliação) para conselheiras.	SPM	Cursos realizados Conselheiras e lideranças atendidas	Programa: AUTONOMIA DAS MULHERES Compromisso: Promover a implantação do Sistema Integrado de Gestão da Política Estadual para Mulheres para garantir a articulação intragovernamental, intergovernamental e o fomento à participação social com o objetivo de subsidiar as decisões do governo. Meta: Fortalecer o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher – CDDM
	Estimular a criação, fortalecimento e ampliação dos comitês territoriais de política para mulheres.	SPM SEPLAN	Comitês criados	Programa: AUTONOMIA DAS MULHERES Compromisso: Promover o a implantação do sistema Integrado de Gestão da Política Estadual para Mulheres para garantir a articulação intragovernamental, intergovernamental e o fomento à participação social com o objetivo de subsidiar as decisões do Governo. Entrega/Iniciativa: Estruturação de câmaras temáticas de mulheres nos colegiados territoriais
Produção e disseminação de dados e pesquisas que tratem da temática de gênero.	Criar banco de dados que contemple indicadores sociais e econômicos acerca das mulheres, visibilizando as suas especificidades.	SPM SEI	Banco de dados criado	Programa: AUTONOMIA DAS MULHERES Compromisso: Promover a implantação do Sistema Integrado de Gestão da Política Estadual para Mulheres, para garantir a articulação intragovernamental, intergovernamental e o fomento à participação social com o objetivo de subsidiar as decisões do governo. Entrega/Iniciativa: Estruturação de sistema integrado de dados e indicadores.

CDDM
CONSELHO ESTADUAL
DE DEFESA DOS DIREITOS
DA MULHER



**Governo do
Estado**

Secretaria de Políticas para as Mulheres